

DIREITO CONSTITUCIONAL	35		
<i>Paulo Lépare</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	35		
✦ QUESTÕES.....	37		
1. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.....	37	1.3. FORMAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	109
2. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	43	1.4. CONSTITUCIONALISMO	109
2.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS.....	45	1.4.1. CONCEITO	109
2.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	50	1.4.2. ETAPAS OU CICLOS CONSTITUCIONAIS.....	109
2.3. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	51	1.4.2.1. CONSTITUCIONALISMO PRIMITIVO (APROXIMADAMENTE DE 30.000 A.C. ATÉ 1.000 A.C.).....	109
2.4. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	52	1.4.2.2. CONSTITUCIONALISMO ANTIGO (APROXIMADAMENTE DE 1.000 A.C. AO SÉC. V D.C.)	109
3. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	55	1.4.2.3. CONSTITUCIONALISMO MEDIEVAL (SÉC. V A XVIII).....	109
3.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	55	1.4.2.4. CONSTITUCIONALISMO MODERNO (SÉC. XVIII A SÉC. XX).....	109
3.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	56	1.4.2.5. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO (SÉC. XX A SÉC. XXI)	110
3.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	62	1.4.2.6. NEOCONSTITUCIONALISMO (SÉC. XX E SÉC. XXI)	110
3.4. SEPARAÇÃO DOS PODERES	63	1.5. TRANSCONSTITUCIONALISMO	110
3.4.1. PODER LEGISLATIVO.....	63	1.6. PÓS-POSITIVISMO.....	111
3.4.1.1. PROCESSO LEGISLATIVO.....	66	1.7. NEOPOSITIVISMO.....	111
3.4.2. PODER EXECUTIVO.....	71	1.8. TRANSCONSTITUCIONALISMO	111
3.4.3. PODER JUDICIÁRIO	76	1.9. CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO.....	111
3.5. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	83	1.10. SUPREMACIA CONSTITUCIONAL.....	112
4. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	85	1.11. CLASSIFICAÇÃO OU TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES	112
4.1. CONTROLE DIFUSO.....	91	1.11.1. QUANTO À ORIGEM	112
4.2. CONTROLE CONCENTRADO	92	1.11.2. QUANTO AO CONTEÚDO.....	112
5. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	100	1.11.3. QUANTO À FORMA.....	112
6. TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO	101	1.11.4. QUANTO À ESTABILIDADE.....	112
7. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	102	1.11.5. QUANTO À EXTENSÃO	112
8. ORDEM SOCIAL.....	105	1.11.6. QUANTO À FINALIDADE.....	113
✦ DICAS.....	109	1.11.7. QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO.....	113
1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	109	1.11.8. QUANTO À IDEOLOGIA.....	113
1.1. CONCEITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	109	1.11.9. QUANTO AO VALOR OU ONTOLOGIA (KARL LOEWENSTEIN).....	113
1.2. OBJETO DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	109		

1.12.	COMPONENTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	113	4.3.4.	HABEAS DATA.....	149
1.13.	ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES.....	114	4.3.5.	MANDADO DE INJUNÇÃO.....	149
1.14.	BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	114	4.3.6.	AÇÃO POPULAR.....	151
1.15.	CONVENÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	114	5.	DIREITOS SOCIAIS.....	153
1.16.	NORMAS, POSTULADOS NORMATIVOS, PRINCÍPIO E REGRAS.....	114	5.1.	TEORIA GERAL.....	153
1.17.	COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	114	5.2.	TRABALHADOR DOMÉSTICO.....	154
1.18.	EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	115	6.	DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	155
1.19.	CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À EFICÁCIA.....	115	6.1.	BRASILEIROS NATOS.....	155
1.20.	CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS MATERIALMENTE CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO).....	115	6.2.	BRASILEIROS NATURALIZADOS.....	156
1.21.	EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO).....	116	6.3.	CARGOS PRIVATIVOS DE BRASILEIROS NATOS.....	156
1.22.	MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	116	6.4.	PERDA DA NACIONALIDADE.....	156
1.23.	LEITURA MORAL DA CONSTITUIÇÃO..	117	6.5.	MEDIDAS DE EXCLUSÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	157
1.24.	PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	117	6.6.	EXTRADIÇÃO.....	158
1.24.1.	PRINCÍPIOS ENUNCIADOS POR CANOTILHO.....	117	6.7.	IDIOMA OFICIAL.....	158
1.24.2.	OUTROS PRINCÍPIOS.....	117	7.	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	158
1.25.	CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SEGUNDO JOSÉ AFONSO DA SILVA.....	118	7.1.	CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	158
1.26.	CONSTITUIÇÃO, COSMOPOLITISMO E ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO.....	118	7.2.	CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA.....	159
1.27.	FILOSOFIA CONSTITUCIONAL.....	118	7.3.	ALISTAMENTO E VOTO.....	159
1.28.	TEORIAS DO DISCURSO E DA ARGUMENTAÇÃO.....	119	7.4.	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	159
2.	PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	119	7.5.	SISTEMAS ELEITORAIS.....	160
2.1.	PODER CONSTITUINTE.....	119	7.6.	INELEGIBILIDADE REFLEXA.....	160
2.1.1.	ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE.....	120	7.7.	ELEGIBILIDADE DO MILITAR.....	160
2.1.2.	LIMITAÇÕES AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO.....	120	7.8.	HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE.....	161
2.1.3.	REVISÃO CONSTITUCIONAL..	121	7.9.	IMPUGNAÇÃO DO MANDATO ELEITIVO.....	161
2.1.4.	MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	121	7.10.	PARTIDOS POLÍTICOS.....	161
2.2.	DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	121	8.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	163
3.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	123	8.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	163
3.1.	FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA.....	123	8.2.	INTERVENÇÃO.....	164
3.2.	FEDERALISMO.....	123	8.3.	ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	165
3.3.	PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO.....	123	8.3.1.	COMPETÊNCIA DA UNIÃO.....	166
3.4.	PODERES DA UNIÃO.....	123	8.3.2.	COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E COMPETÊNCIA CONCORRENTE.....	168
3.5.	OBJETIVOS FUNDAMENTAIS.....	123	8.3.3.	COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS.....	170
3.6.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	124	9.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	171
3.7.	PRECEITOS FUNDAMENTAIS.....	124	9.1.	CONSTITUIÇÃO E A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	171
4.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	124	9.2.	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	171
4.1.	TEORIA GERAL.....	124	9.3.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	172
4.2.	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	128	9.4.	SERVIDORES PÚBLICOS.....	172
4.3.	AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	145	10.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	177
4.3.1.	HABEAS CORPUS.....	145	10.1.	PODER LEGISLATIVO.....	178
4.3.2.	MANDADO DE SEGURANÇA..	146	10.1.1.	IMUNIDADES.....	179
4.3.3.	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	148	10.1.2.	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	181
			10.1.3.	TRIBUNAL DE CONTAS.....	183
			10.1.4.	PROCESSO LEGISLATIVO.....	184
			10.2.	PODER EXECUTIVO.....	187
			10.3.	PODER JUDICIÁRIO.....	191
			10.3.1.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	196
			10.3.2.	PRECEDENTES E SÚMULA VINCULANTE.....	198
			11.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	199
			11.1.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	199
			11.2.	ADVOCACIA PÚBLICA.....	205
			11.3.	ADVOCACIA.....	206
			11.4.	DEFENSORIA PÚBLICA.....	206

12. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	208	5.1. TEORIA DO DELITO.....	248
12.1. BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE...	208	5.2. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DE CRIMES.....	253
12.2. EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	208	6. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE	254
12.3. FORMAS DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	209	7. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	255
12.3.1. CONTROLE PRÉVIO OU PREVENTIVO.....	209	8. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	257
12.3.2. CONTROLE POSTERIOR OU REPRESSIVO.....	209	9. CRIME IMPOSSÍVEL.....	257
12.4. CONTROLE JURISDICIONAL	210	10. DOLO.....	259
12.4.1. CONTROLE DIFUSO.....	210	11. CULPA	260
12.4.2. CONTROLE CONCENTRADO..	214	12. ERRO.....	261
12.4.2.1. ADI.....	217	13. EXCLUSÃO DA ILICITUDE.....	263
12.4.2.2. ADC.....	221	14. CULPABILIDADE.....	263
12.4.2.3. ADI POR OMISSÃO	221	15. CONCURSO DE PESSOAS	265
12.4.2.4. ADI INTERVENTIVA	222	16. PENA DE MULTA	269
12.4.2.5. ADPF	222	17. APLICAÇÃO DA PENA.....	270
12.5. CONTROLE CONCENTRADO ESTADUAL.....	224	18. CONCURSO DE CRIMES	275
12.6. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	225	19. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	276
12.7. HERMENÊUTICA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	226	20. EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	277
12.8. TÉCNICAS DE DECISÕES NO DIREITO COMPARADO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	228	21. MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	277
13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	229	22. AÇÃO PENAL.....	279
13.1. ESTADO DE DEFESA	229	23. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	280
13.2. ESTADO DE SÍTIO.....	229	23.1. PRESCRIÇÃO.....	284
13.3. FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA.....	229	24. HOMICÍDIO	286
14. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	230	25. CRIMES CONTRA A HONRA.....	287
14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	230	26. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO	287
14.2. PRINCÍPIOS	230	27. FURTO.....	289
14.3. ORÇAMENTO.....	232	28. ROUBO.....	290
15. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	232	29. ESBULHO POSSESSÓRIO.....	291
15.1. PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA.	233	30. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA...	292
15.2. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELO ESTADO	233	31. ESTELIONATO	293
15.3. POLÍTICA URBANA.....	233	32. ESCUSAS RELATIVAS.....	298
15.4. POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA	234	33. ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	299
15.5. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	234	34. ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	299
16. ORDEM SOCIAL.....	234	35. FABRICO, FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO POSSE OU TRANSPORTE DE EXPLOSIVOS OU GÁS TÓXICO, OU ASFIXIANTE	300
16.1. SEGURIDADE SOCIAL	234	36. FALSIFICAÇÃO, CORRUPÇÃO, ADULTERAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE PRODUTO DESTINADO A FINS TERAPÊUTICOS OU MEDICINAIS.....	301
16.2. EDUCAÇÃO	236	37. MOEDA FALSA.....	302
16.3. CULTURA.....	238	38. FALSA IDENTIDADE.....	303
16.4. MEIO AMBIENTE	238	39. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO	304
16.5. FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO	239	40. PECULATO.....	305
16.6. ÍNDIOS	239	41. CORRUPÇÃO PASSIVA	306
17. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS.....	240	42. ADVOCACIA ADMINISTRATIVA.....	306
DIREITO PENAL.....	241	43. DESCAMINHO.....	307
<i>Rogério Sanches Cunha</i>		44. CONTRABANDO	309
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	241	45. DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	310
➔ QUESTÕES.....	243	46. DENUNCIÇÃO CALUNIOSA	312
1. PRINCÍPIOS	243	47. FALSO TESTEMUNHO	313
2. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	244	48. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO	314
3. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	245	49. LEIS ESPECIAIS	315
4. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	246	49.1. LEI DE DROGAS	315
5. DO CRIME.....	248	49.2. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	319

49.3. CRIMES AMBIENTAIS.....	320	4. CONCURSO DE PESSOAS.....	482
49.4. CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	322	4.1. STF.....	482
49.5. EXECUÇÃO PENAL.....	323	5. APLICAÇÃO DA PENA.....	482
49.6. ARMA DE FOGO.....	325	5.1. STF.....	482
49.7. CRIMES DE TRÂNSITO.....	327	5.2. STJ.....	482
49.8. CRIMES CONTRA OS ÍNDIOS.....	328	6. PENA DE MULTA.....	483
49.9. LAVAGEM DE DINHEIRO.....	329	6.1. STF.....	483
49.10. CRIME ORGANIZADO.....	332	7. AÇÃO PENAL.....	483
49.11. CRIMES RELATIVOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES.....	334	7.1. STF.....	483
49.12. CRIMES CONTRA O SERVIÇO POSTAL.....	336	8. CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE.....	483
49.13. CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITALIS.....	337	8.1. STJ.....	483
49.14. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.....	338	9. PRESCRIÇÃO.....	483
49.15. GENOCÍDIO.....	339	9.1. STF.....	483
+ DICAS (RESUMO).....	341	9.2. STJ.....	483
1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	341	10. FURTO.....	483
2. FONTES DO DIREITO PENAL.....	341	10.1. STJ.....	483
3. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	342	11. ROUBO.....	483
4. TEORIA GERAL DA NORMA PENAL.....	342	11.1. STF.....	483
5. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	343	11.2. STJ.....	483
6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	344	12. EXTORSÃO.....	483
7. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	346	12.1. STJ.....	483
8. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA, CONTAGEM DE PRAZO, CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	347	13. ESTELIONATO.....	483
9. DO CRIME.....	348	13.1. STF.....	483
10. <i>ITER CRIMINIS</i>	355	13.2. STJ.....	484
11. CONCURSO DE PESSOAS.....	357	14. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	484
12. TEORIA GERAL DAS PENAS.....	359	14.1. STJ.....	484
13. AÇÃO PENAL.....	371	15. ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	484
14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	372	15.1. STJ.....	484
15. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	376	16. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO.....	484
16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	390	16.1. STJ.....	484
17. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	404	17. USO DE DOCUMENTO FALSO.....	484
18. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	405	17.1. STF.....	484
19. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	405	17.2. STJ.....	484
20. PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL.....	412	18. FALSA IDENTIDADE.....	484
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.....	413	18.1. STJ.....	484
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	414	19. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	484
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	417	19.1. STJ.....	484
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	418	20. CONTRABANDO E DESCAMINHO.....	484
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	421	20.1. STJ.....	484
26. CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	440	21. FALSO TESTEMUNHO.....	484
27. LEIS ESPECIAIS.....	446	21.1. STJ.....	484
+ SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	482	22. LEIS ESPECIAIS.....	485
1. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	482	22.1. CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	485
1.1. STF.....	482	22.1.1. STJ.....	485
1.2. STJ.....	482	22.2. CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	485
2. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	482	22.2.1. STF.....	485
2.1. STF.....	482	22.2.2. STJ.....	485
3. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	482	22.3. EXECUÇÃO PENAL.....	485
3.1. STF.....	482	22.3.1. STF.....	485
		22.3.2. STJ.....	485
		22.4. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	486
		22.4.1. STJ.....	486
		22.5. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	486
		22.5.1. STF.....	486
		22.5.2. STJ.....	486
		22.6. LEI Nº 9.099/95.....	486
		22.6.1. STF.....	486
		22.6.2. STJ.....	486

22.7. CRIMES CONTRA O SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES	486	9. IMPOSTOS FEDERAIS.....	540
22.7.1. STJ.....	486	9.1. IMPOSTO DE RENDA	540
22.8. CRIMES DE TRÂNSITO.....	487	9.2. IPI	542
22.8.1. STF	487	9.3. IMPOSTO RESIDUAL	543
22.8.2. STJ.....	487	9.4. IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ITR... ..	543
22.9. ARMAS DE FOGO.....	487	9.5. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS (IOF).....	544
22.9.1. STJ.....	487	10. REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	545
22.10. LEI MARIA DA PENHA	487	11. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	546
22.10.1. STJ.....	487	12. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	547
22.11. LEI DE DROGAS	487	13. CRIMES TRIBUTÁRIOS	553
22.11.1. STF	487	+ DICAS (RESUMO).....	554
22.11.2. STJ.....	487	1. TRIBUTO.....	554
DIREITO TRIBUTÁRIO	489	1.1. CONCEITO E ESPÉCIES	554
<i>Harrison Leite e Thiana Cairo</i>		1.1.1. IMPOSTOS.....	555
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	489	1.1.2. TAXAS.....	556
+ QUESTÕES.....	491	1.1.3. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	558
1. DIREITO TRIBUTÁRIO. TRIBUTO. CONCEITO. ESPÉCIES.....	491	1.1.4. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS	558
1.1. TRIBUTO. CONCEITO	491	1.1.5. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS... ..	559
1.2. TRIBUTO. ESPÉCIES	492	1.1.6. CRIAÇÃO DO IBS E CBS PELA EC 132/23 – REFORMA TRIBUTÁRIA	560
1.2.1. IMPOSTOS	492	2. DAS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.....	560
1.2.2. TAXAS	493	2.1. PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	560
1.2.3. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS... ..	494	2.1.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	560
2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	497	2.1.2. IMUNIDADES.....	564
2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS	498	2.2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA	565
2.1.1. PRINCÍPIO DA IGUALDADE	498	2.2.1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA... ..	565
2.1.2. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE	499	2.2.2. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA	566
2.1.3. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO AO CONFISCO	501	2.3. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	569
2.1.4. PRINCÍPIO DO <i>NON OLET</i>	504	2.4. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO E PASSIVO. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA	572
2.1.5. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO ÀS ISENÇÕES HETERÔNOMAS	505	2.4.1. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR.....	572
2.2. IMUNIDADES.....	506	2.4.2. SUJEITOS ATIVO E PASSIVO....	573
3. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA	512	2.4.3. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA	574
3.1. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	512	2.5. SOLIDARIEDADE. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	574
3.2. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	514	2.5.1. SOLIDARIEDADE.....	574
3.3. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA	515	2.5.2. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	574
4. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	516	2.5.3. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	575
5. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEIÇÃO PASSIVA	519	2.5.4. DENÚNCIA ESPONTÂNEA (ART. 138 CTN)	577
5.1. FATO GERADOR.....	519	2.6. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	577
5.2. SUJEIÇÃO PASSIVA.....	520	2.6.1. CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....	577
6. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	522	2.6.2. EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	578
7. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	525		
7.1. LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	525		
7.2. SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	529		
7.3. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..	529		
7.4. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..	536		
8. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL	537		
8.1. FISCALIZAÇÃO	537		
8.2. DÍVIDA ATIVA	539		

2.7.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	583	2.12.2.	ISS	606
2.7.1.	GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	583	2.13.	CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA	606
2.7.2.	PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	584	2.14+	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	606
2.8.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL	585	2.15+	BENEFÍCIO FISCAL	607
2.8.1.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	585	3.	CARF – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS	607
2.8.2.	DÍVIDA ATIVA	586	3.1.	TRIBUTOS EM ESPÉCIE	607
2.8.3.	DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL	586	3.2.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. SUJEITOS (ATIVO/PASSIVO), RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	609
2.9.	IMPOSTOS FEDERAIS	589	3.3.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO, GARANTIAS, PRIVILÉGIOS, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO	610
2.10.	IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS	591	3.4.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	612
2.11.	IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS	592	3.5.	PROCESSO TRIBUTÁRIO	613
2.12.	REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	595	DIREITO FINANCEIRO	615	
2.13.	PROCESSO TRIBUTÁRIO	597	<i>Harrison Leite</i>		
+	SÚMULAS APLICÁVEIS	601	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	615	
1.	SÚMULAS DO STF	601	+	QUESTÕES	617
1.1.	TRIBUTOS. ESPÉCIES	601	1.	ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	617
1.1.1.	TAXAS	601	1.1.	FINANÇAS PÚBLICAS	617
1.1.2.	CONTRIBUIÇÕES	601	2.	ORÇAMENTO PÚBLICO	619
1.2.	DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	601	2.1.	PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	625
1.2.1.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS	601	2.2.	LEIS ORÇAMENTÁRIAS	628
1.2.2.	IMUNIDADES	601	2.2.1.	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL	628
1.3.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	602	2.3.	CRÉDITOS ADICIONAIS	628
1.3.1.	ISENÇÃO	602	3.	RECEITA PÚBLICA	629
1.3.2.	DEPÓSITO	602	4.	DESPESA PÚBLICA	634
1.4.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	602	4.1.	CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS	634
1.5.	IMPOSTOS FEDERAIS	602	4.2.	ETAPAS DAS DESPESAS PÚBLICAS	635
1.5.1.	IOF	602	4.3.	PRECATÓRIOS	635
1.5.2.	IPI	602	5.	CRÉDITO PÚBLICO	638
1.5.3.	IR	602	6.	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	641
1.6.	IMPOSTOS ESTADUAIS	602	7.	TRIBUNAIS DE CONTAS	643
1.6.1.	ICMS	602	+	DICAS (RESUMO)	645
1.6.2.	ITCMD	603	1.	DICAS DE DIREITO FINANCEIRO	645
1.7.	IMPOSTOS MUNICIPAIS	603	2.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO DIREITO FINANCEIRO – ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	645
1.7.1.	IPTU	603	3.	DIREITO FINANCEIRO	645
1.7.2.	ISS	603	4.	AUTONOMIA DO DIREITO FINANCEIRO	645
1.7.3.	ITBI	603	5.	NORMAS GERAIS SOBRE DIREITO FINANCEIRO – FONTES DO DIREITO FINANCEIRO	645
1.8.	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	603	5.1.	FONTES FORMAIS	645
2.	SÚMULAS DO STJ	603	5.2.	FONTES MATERIAIS	648
2.1.	TAXAS	603	6.	PREMISSAS DO DIREITO FINANCEIRO	649
2.2.	SIMPLES	603	6.1.	LIMITAÇÃO DE RECURSOS	649
2.3.	CONTRIBUIÇÕES	604	6.2.	ESCOLHAS TRÁGICAS	649
2.4.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO	604	7.	COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	649
2.5.	DEPÓSITO	604	8.	ORÇAMENTO PÚBLICO	649
2.6.	REPETIÇÃO DO INDÉBITO	604	8.1.	ASPECTOS DO ORÇAMENTO	649
2.7.	REFIS	604	8.2.	ESPÉCIES DE ORÇAMENTO	649
2.8.	COMPENSAÇÃO	604	8.3.	NATUREZA JURÍDICA	650
2.9.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	604	8.4.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DO ORÇAMENTO PÚBLICO	651
2.10	IMPOSTOS FEDERAIS	605	9.	PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	651
2.10.1.	IOF	605	10.	CICLO ORÇAMENTÁRIO (MEMORIZE: “IASEC”)	654
2.10.2.	IPI	605	11.	LEIS ORÇAMENTÁRIAS	655
2.10.3.	IR	605	11.1.	PPA – PLANO PLURIANUAL – (ART. 165, § 1º DA CF)	655
2.11	IMPOSTOS ESTADUAIS	605			
2.11.1.	ICMS	605			
2.11.2.	IPVA	606			
2.12.	IMPOSTOS MUNICIPAIS	606			
2.12.1.	IPTU	606			

11.2.	LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (§ 2º DO ART. 165 DA CF)	656	31.1.	LIMITAÇÃO DE EMPENHO – CONTINGENCIAMENTO DE DOTAÇÕES	681
11.3.	LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. (ART. 165, § 5º DA CF)	657	31.2.	GERAÇÃO DE DESPESA (ART. 16 DA LRF)	681
12.	CRÉDITOS ADICIONAIS	657	31.3.	DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO – DOCC	681
13.	ORÇAMENTO-PARTICIPATIVO	658	31.4.	DESPESAS COM PESSOAL	682
14.	DESVINCUÇÃO DA RECEITA DA UNIÃO – DRU	658	31.5.	DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA O SETOR PRIVADO	686
15.	VEDAÇÕES DO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	659	31.6.	COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS	686
16.	RECEITA PÚBLICA	659	31.7.	TRANSFERÊNCIAS	686
16.1.	CONCEITO	659	32.	CRÉDITO PÚBLICO	688
16.2.	CLASSIFICAÇÕES	659	32.1.	O EMPRÉSTIMO COMO PROCESSO FINANCEIRO. ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DA DESPESA PÚBLICA	688
16.3.	REGIME CONTÁBIL	661	32.2.	CONCEITO	688
16.4.	ESTÁGIOS DA RECEITA	661	32.3.	ESTADO CREDOR E ESTADO DEVEDOR	689
17.	DÍVIDA ATIVA	661	32.4.	NATUREZA JURÍDICA	689
18.	RECEITA PÚBLICA NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	662	32.5.	TESE DRAGO	689
19.	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) X BASE DE CÁLCULO DE DIVERSOS INSTITUTOS LEGAIS	662	32.6.	CLASSIFICAÇÃO	689
20.	RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL (GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL)	663	33.	CRÉDITO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	689
21.	RENÚNCIA DE RECEITA (ART. 14 DA LRF)	663	33.1.	COMPETÊNCIAS DO CONGRESSO NACIONAL	690
22.	REPARTIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA	664	33.2.	COMPETÊNCIAS DO SENADO	690
22.1.	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E SEU REFLEXO NO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	665	34.	CRÉDITO PÚBLICO NA LRF	690
22.2.	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E REFLEXO DA ISENÇÃO DO ICMS NOS REPASSES AOS MUNICÍPIOS	665	34.1.	DEFINIÇÕES GERAIS (ART. 29 DA LRF)	690
22.3.	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E REFLEXOS DA ISENÇÃO DO IPI E DO IR NOS REPASSES AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	666	34.2.	OPERAÇÕES DE CRÉDITO PROIBIDAS	690
22.4.	COMPENSAÇÃO DOS ESTADOS PELA DESONERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO ICMS – “LEI KANDIR”	666	34.3.	PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	691
22.5.	BLOQUEIO DE TRANSFERÊNCIAS	666	34.4.	LIMITES E CONTROLE PARA O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO	691
23.	SOBRE OS FUNDOS, FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA E INVESTIMENTO	667	34.5.	ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (ARO)	692
24.	DUODÉCIMOS	668	35.	DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	692
25.	DESPESA PÚBLICA	669	35.1.	DO BANCO CENTRAL. DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, FISCAL E CAMBIAL	692
25.1.	CONCEITO	669	35.2.	COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL	693
25.2.	CLASSIFICAÇÕES	669	35.3.	EC N. 106/20 E AS ALTERAÇÕES MOMENTÂNEAS NAS ATRIBUIÇÕES DO BANCO CENTRAL PARA COMBATER A “CALAMIDADE FISCAL”	694
25.3.	ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA	670	35.4.	AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL	694
25.4.	TIPOS DE REGIME CONTÁBIL	670	36.	CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO	694
26.	RESTOS A PAGAR	670	37.	ESPÉCIES DE CONTROLE	695
27.	ADIANTAMENTOS OU SUPRIMENTO DE FUNDOS	671	38.	OBJETO DE CONTROLE	696
28.	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA)	671	39.	REFLEXOS DA LINDB NAS DECISÕES ENVOLVENDO FINANÇAS PÚBLICAS	697
29.	PRECATÓRIOS	671	40.	TRIBUNAL DE CONTAS	697
30.	NOVO REGIME FISCAL (EC N. 95/16)	679	40.1.	COMPETÊNCIAS DO TC	697
30.1.	PERÍODO DO NRF	679	40.2.	TRIBUNAL DE CONTAS E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	700
30.2.	ALCANÇE DO REGIME	679	40.3.	TRIBUNAL DE CONTAS E O SIGILO BANCÁRIO	700
30.3.	INDEXADOR DO CRESCIMENTO DAS DESPESAS	679	41.	ORGANIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	700
30.4.	EXCEÇÕES AO REGIME	679	+	SÚMULAS APLICÁVEIS	701
30.5.	VEDAÇÕES	680	1.	ORÇAMENTO PÚBLICO	701
31.	DESPESAS PÚBLICAS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	681	2.	RECEITA PÚBLICA	701
			3.	DESPESA PÚBLICA	701
			4.	CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO	702
			5.	TCU	702

DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 705*Ricardo Silveiras*

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	705
+ QUESTÕES.....	707
1. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO PROCESSO PENAL.....	707
2. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	711
3. AÇÃO PENAL.....	717
4. AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	718
5. COMPETÊNCIA.....	719
6. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES.....	728
7. CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	731
8. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL....	734
9. PROVAS.....	739
10. SENTENÇA.....	753
11. PROCEDIMENTOS.....	759
11.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO.....	759
11.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.099/1995).....	764
11.3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL.....	772
11.4. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA.....	782
12. NULIDADES.....	782
13. RECURSOS E <i>HABEAS CORPUS</i>	784
14. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	790
15. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	800
16. EXECUÇÃO PENAL.....	803
+ DICAS (RESUMO).....	809
1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	809
DECRETO 678/1992 (CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS).....	809
2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICAÇÃO.....	813
3. JUIZ DAS GARANTIAS.....	813
4. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	815
5. AÇÃO PENAL.....	820
6. AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	824
7. COMPETÊNCIA.....	825
8. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCIDENTES.....	830
9. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E CONTAGEM DE PRAZOS.....	833
10. PROVAS.....	834
11. SENTENÇA.....	840
12. PROCEDIMENTOS.....	841
12.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁRIO E SUMÁRIO.....	841
12.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.099/1995).....	843
12.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	845
12.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPECIAL.....	848

13. NULIDADES.....	852
14. RECURSOS.....	853
15. <i>HABEAS CORPUS</i>	855
16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	855
17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	861
18. EXECUÇÃO PENAL.....	862
19. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL....	864
+ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	867
+ STF.....	867
PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	867
INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	867
AÇÃO PENAL.....	867
COMPETÊNCIA.....	867
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	868
PROCEDIMENTOS.....	868
PROVAS.....	868
SENTENÇA.....	868
NULIDADES.....	868
RECURSOS.....	869
REVISÃO CRIMINAL.....	870
<i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA... MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	870 871
EXECUÇÃO PENAL.....	871
+ STJ.....	871
INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS.....	871
AÇÃO PENAL.....	871
COMPETÊNCIA.....	871
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	872
PROCEDIMENTOS.....	872
NULIDADES.....	873
RECURSOS.....	873
<i>HABEAS CORPUS</i> E MANDADO DE SEGURANÇA... MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS.....	873 873
EXECUÇÃO PENAL.....	874

DIREITO CIVIL..... 875*Sebastião de Assis Neto*

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	875
+ QUESTÕES.....	877
+ LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	877
1. DIREITO INTERTEMPORAL.....	877
2. INTEGRAÇÃO OU COLMATAÇÃO.....	878
3. INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA.....	879
4. EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO.....	879
+ CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL.....	880
+ PESSOAS NATURAIS.....	880
1. COMORIÊNCIA.....	880
2. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	881
2.1. HIPÓTESES DE DISPOSIÇÃO DO CORPO.....	881
2.2. NOME.....	882
2.3. IMAGEM E VIDA PRIVADA.....	883
2.4. DIREITOS AUTORAIS.....	884

+ BENS	884	7. TEORIA DO ADIMPLEMTO SUBSTANCIAL	912
1. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	884	8. ONEROSIDADE EXCESSIVA.....	912
1.1. CONSIDERADOS EM SI MESMOS	884	+ CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	913
1.1.1. DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS.....	884	1. COMPRA E VENDA	913
1.2. RECIPOCAMENTE CONSIDERADOS..	885	2. DOAÇÃO	914
1.2.1. PERTENÇAS.....	885	3. COMODATO.....	917
+ NEGÓCIO JURÍDICO	886	4. EMPREITADA	918
1. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	886	5. DEPÓSITO.....	919
1.1. ERRO OU IGNORÂNCIA.....	886	6. MANDATO	920
1.2. ESTADO DE PERIGO.....	886	7. TRANSPORTE	922
1.3. LESÃO.....	887	8. SEGURO.....	924
1.4. FRAUDE CONTRA CREDORES.....	888	+ RESPONSABILIDADE CIVIL	926
2. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	889	1. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA..	926
2.1. SIMULAÇÃO.....	889	2. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATIVIDADE	
2.2. CONVERSÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO		LÍCITA DE RISCO.....	928
NULO	890	3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO INCAPAZ.....	928
+ ATOS ILÍCITOS.....	890	4. ESTADO DE NECESSIDADE.....	929
+ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	891	5. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DE	
1. NORMAS GERAIS.....	891	OUTREM.....	930
2. CAUSA EXTINTIVA DA PRETENSÃO	892	5.1. RESPONSABILIDADE DOS PAIS PELOS	
3. PRAZOS GERAIS E ESPECIAIS	893	ATOS DOS FILHOS MENORES	930
4. EFEITOS DA INTERDIÇÃO NA PRESCRIÇÃO....	893	5.2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EM-	
5. PRESCRIÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA		PREGADOR PELOS ATOS DOS EMPRE-	
6. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES		GADOS.....	930
INDENIZATÓRIAS	895	6. RESPONSABILIDADE CIVIL BANCÁRIA EM	
7. PRESCRIÇÃO DE COMISSÃO DE CORRETA-		CASO DE ASSALTO	931
GEM E SATI.....	896	7. MORTE DE MENOR, PENSÃO MENSAL, TER-	
8. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO CONTRA O		MO INICIAL E FINAL	932
FIADOR.....	897	+ DIREITO DAS COISAS	933
+ CÓDIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL	897	1. POSSE.....	933
+ DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	897	1.1. EFEITOS DA POSSE.....	933
1. MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES.....	897	2. DIREITOS REAIS	934
1.1. OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA....	897	2.1. TAXATIVIDADE DOS DIREITOS REAIS ..	934
1.2. OBRIGAÇÕES DE FAZER.....	899	3. PROPRIEDADE	934
1.3. OBRIGAÇÕES DE MEIO E RESULTADO.	899	3.1. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE ...	934
1.4. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS.....	900	3.2. DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL	935
2. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	902	4. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	937
2.1. CESSÃO DE CRÉDITO	902	4.1. USUCAPIÃO	937
3. ADIMPLEMTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGA-		4.2. AQUISIÇÃO PELA ACESSÃO	939
ÇÕES.....	903	4.3. AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTU-	
3.1. DAÇÃO EM PAGAMENTO	903	LO.....	939
3.2. COMPENSAÇÃO.....	903	5. INTERVERSÃO OU TRANSMUDAÇÃO DA	
4. INADIMPLEMTO E EXTINÇÃO DAS OBRIG-		POSSE	940
ÇÕES.....	904	6. PROPRIEDADE DOS BENS PÚBLICOS.....	941
4.1. INADIMPLEMTO ABSOLUTO	904	7. MODALIDADES DE ACESSÃO.....	942
4.2. VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO..	905	7.1. ABANDONO DE ALVEO.....	942
4.3. MORA	906	8. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL.....	943
4.4. PERDAS E DANOS.....	906	8.1. TRADIÇÃO	943
+ CONTRATOS EM GERAL	907	9. CONDOMÍNIO.....	943
1. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	907	10. DIREITOS DE VIZINHANÇA	944
1.1. <i>DUTY TO MITIGATE THE LOSS</i>	907	11. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	945
1.2. <i>SUPRESSIO E SURRECTIO</i>	908	12. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.....	946
2. INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS.....	908	12.1. SERVIDÕES.....	946
3. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	909	12.2. USUFRUTO	946
4. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....	910	12.3. DIREITO DO PROMITENTE COMPRA-	
5. VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	911	DOR.....	948
6. EVICÇÃO	911	13. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	948

13.1. PENHOR.....	948	1.1.2. INÍCIO DA PERSONALIDADE E CAPACIDADE CONDICIONADA.....	965
13.2. HIPOTECA.....	950	1.1.3. CAPACIDADE DE EXERCÍCIO..	965
✦ DIREITO DE FAMÍLIA.....	951	1.1.3.1. INCAPACIDADE ABSOLUTA.....	965
1. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL.....	951	1.1.3.2. INCAPACIDADE RELATIVA.....	966
1.1. SEPARAÇÃO.....	951	1.1.3.3. CESSAÇÃO DA INCAPACIDADE.....	966
2. CURATELA.....	951	1.2. MORTE PRESUMIDA.....	967
✦ DIREITO DAS SUCESSÕES.....	952	1.3. COMORIÊNCIA.....	967
1. SUCESSÃO EM GERAL.....	952	1.4. REGISTRO PÚBLICO DAS PESSOAS NATURAIS E AVERBAÇÃO.....	967
1.1. TRANSMISSÃO DA HERANÇA.....	952	2. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	968
✦ LEGISLAÇÃO ESPECIAL CÍVEL.....	953	2.1. CARACTERÍSTICAS.....	968
1. ESTATUTO DA PESSOA IDOSA – LEI 10.741, DE 01 DE OUTUBRO DE 2010.....	953	2.1.1. INTRANSMISSIBILIDADE.....	968
2. LEI DE LOCAÇÃO – LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991.....	953	2.1.2. IRRENUNCIABILIDADE.....	968
3. LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS – LEI 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.....	954	2.1.3. IMPRESCRITIBILIDADE.....	968
✦ DICAS-RESUMO.....	956	2.1.4. INEXPROPRIABILIDADE.....	968
✦ INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL.....	956	2.1.5. OPONIBILIDADE <i>ERGA OMNES</i>	968
✦ LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	957	2.2. DIREITO À INTEGRIDADE FÍSICA.....	968
2. LEI DE INTRODUÇÃO.....	957	2.3. DIREITO AO NOME.....	968
2.1. VIGÊNCIA DA LEI.....	957	2.4. DIREITO À IMAGEM E VIDA PRIVADA..	968
2.1.1. VIGÊNCIA DA LEI NO TEMPO. INÍCIO DA VIGÊNCIA DA LEI... ..	957	2.5. TUTELA PREVENTIVA E REPRESSIVA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE... ..	969
2.1.2. VIGÊNCIA DA LEI NO ESPAÇO QUANTO AOS BENS.....	958	3. AUSÊNCIA.....	969
2.2. FIM DA VIGÊNCIA DA LEI.....	958	3.1. CONCEITO.....	969
2.3. REVOGAÇÃO DA LEI.....	958	3.2. REQUISITOS.....	969
2.3.1. AB-ROGAÇÃO E DERROGAÇÃO.....	958	3.2.1. CURADOR.....	969
2.3.2. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE (<i>LEX SPECIALIS DERROGAT LEX GENERALIS</i>).....	959	3.3. SUCESSÃO PROVISÓRIA.....	970
2.3.3. REPRISTINAÇÃO.....	959	3.4. CESSAÇÃO DA AUSÊNCIA.....	970
2.4. PROIBIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DA LEI.....	959	3.5. SUCESSÃO DEFINITIVA.....	970
2.5. REGRAS DE INTEGRAÇÃO DO DIREITO.....	959	3.6. APARECIMENTO DO AUSENTE APÓS A SUCESSÃO DEFINITIVA.....	970
2.6. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA LEI.....	960	3.7. VACÂNCIA DA HERANÇA DO AUSENTE.....	970
2.7. LIMITES AO VIGOR DA LEI.....	961	4. PESSOA JURÍDICA.....	970
2.7.1. ATO JURÍDICO PERFEITO.....	961	4.1. TEORIAS SOBRE SUA NATUREZA JURÍDICA.....	971
2.7.2. DIREITO ADQUIRIDO.....	961	4.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	971
2.7.3. COISA JULGADA.....	963	4.3. REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS... ..	971
2.7.3.1. COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL (RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA).....	963	4.3.1. ELEMENTOS DO REGISTRO....	971
2.8. VIGÊNCIA DA LEI NO ESPAÇO QUANTO AOS BENS.....	964	4.4. RESPONSABILIDADE DA PESSOA JURÍDICA POR ATOS DE SEUS ADMINISTRADORES.....	971
2.9. VIGÊNCIA DA LEI NO ESPAÇO QUANTO AOS FATOS JURÍDICOS.....	964	4.5. ADMINISTRAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	972
2.10. VIGÊNCIA DA LEI NO ESPAÇO QUANTO ÀS SUCESSÕES.....	964	4.6. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	972
2.11. RESTRIÇÕES AOS DIREITOS DE ESTRANGEIROS.....	964	4.6.1. DESVIO DE FINALIDADE.....	972
✦ PARTE GERAL.....	965	4.6.2. CONFUSÃO PATRIMONIAL....	973
1. DA PESSOA NATURAL.....	965	4.6.3. CONSEQUÊNCIAS.....	973
1.1. PERSONALIDADE E CAPACIDADE.....	965	4.6.4. TEORIAS MAIOR E MENOR NA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA... ..	973
1.1.1. CAPACIDADE DE DIREITO.....	965	4.7. DISSOLUÇÃO DA PESSOA JURÍDICA... ..	973
		4.8. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA.....	973
		5. SOCIEDADE E ASSOCIAÇÕES CIVIS.....	974
		6. FUNDAÇÕES.....	974
		6.1. CONCEITO.....	974
		6.2. DESTINAÇÃO.....	974
		6.3. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO... ..	974

7.	DOMICÍLIO E RESIDÊNCIA	975	10.5.2.	NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	985
7.1.	CONCEITO	975	10.6.	FRAUDE CONTRA CREDORES	986
7.2.	DOMICÍLIO VOLUNTÁRIO	975	10.6.1.	AÇÃO PAULIANA	986
7.3.	DOMICÍLIO LEGAL	975	10.6.2.	CONCURSO DE CREDORES	986
7.4.	DOMICÍLIO CONVENCIONAL	975	11.	INVALIDIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	987
8.	DOS BENS	975	11.1.	CASOS DE NULIDADE	987
8.1.	CONCEITO	975	11.1.1.	SIMULAÇÃO	987
8.2.	CLASSIFICAÇÃO	975	11.1.2.	EFEITOS DA NULIDADE	988
8.2.1.	DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS	975	11.2.	CASOS DE ANULABILIDADE	988
8.2.1.1.	DOS BENS IMÓVEIS	975	11.2.1.	EFEITOS DA ANULABILIDADE (ARTS. 173 A 184)	988
8.2.1.2.	DOS BENS MÓVEIS	976	11.2.1.1.	CONFIRMAÇÃO DO NEGÓCIO ANULÁVEL	988
8.2.1.3.	BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS	976	11.2.1.2.	CUMPRIMENTO DO NEGÓCIO ANULÁVEL	988
8.2.1.4.	BENS DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS	976	11.2.1.3.	AUTORIZAÇÃO DE TERCEIRO	988
8.2.1.5.	BENS SINGULARES E COLETIVOS	976	11.2.1.4.	DECADÊNCIA	988
8.2.2.	DOS BENS RECIPOCAMENTE CONSIDERADOS	977	11.2.1.5.	MENOR QUE OCULTA ESSA CONDIÇÃO	988
8.2.2.1.	PRINCIPAL, ACESÓRIO E PERTENÇA	977	11.2.1.6.	RESTITUIÇÃO DO STATUS ANTERIOR..	988
8.2.2.2.	PERTENÇAS	977	11.2.1.7.	INVALIDIDADE PARCIAL	989
8.2.2.3.	FRUTOS E PRODUTOS	977	12.	PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	989
8.2.2.4.	BENFEITORIAS	977	12.1.	PRESUNÇÃO	989
8.2.3.	DOS BENS PÚBLICOS	977	13.	ATOS ILÍCITOS	989
9.	DOS FATOS JURÍDICOS	978	13.1.	ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL	989
9.1.	TEORIA DO NEGÓCIO JURÍDICO E SUA DISTINÇÃO COM OS ATOS JURÍDICOS <i>STRICTO SENSU</i> (ART. 185)	978	13.1.1.	ATO ILÍCITO	989
9.1.1.	FATO JURÍDICO	978	13.1.2.	PREJUÍZO	989
9.1.1.1.	FATO JURÍDICO NATURAL OU EM SENTIDO ESTRITO..	978	13.1.3.	NEXO DE CAUSALIDADE	990
9.1.1.2.	ATO JURÍDICO	978	13.2.	ABUSO DE DIREITO	990
9.2.	CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	979	13.3.	DANO MORAL	991
9.3.	REQUISITOS DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	979	13.4.	EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL	991
9.3.1.	PLANO DE EXISTÊNCIA	979	13.4.1.	NA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA	991
9.3.2.	PLANO DE VALIDADE	980	13.4.2.	NA RESPONSABILIDADE OBJETIVA	992
9.3.2.1.	RESERVA MENTAL..	980	14.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	992
9.3.3.	PLANO DE EFICÁCIA	980	14.1.	DIFERENCIAÇÃO (ART. 189)	992
9.3.3.1.	CONDIÇÃO	981	14.1.1.	DIFERENÇAS ENTRE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA QUANTO AOS EFEITOS	993
9.3.3.2.	TERMO	981	14.1.2.	DECADÊNCIA CONVENCIONAL	993
9.3.3.3.	ENCARGO	982	14.2.	PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO E DA EXCEÇÃO	993
9.4.	INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	982	14.3.	REGRA DE TRANSIÇÃO PARA OS NOVOS PRAZOS	993
9.5.	REPRESENTAÇÃO	982	14.4.	CAUSAS DE SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO	994
9.5.1.	PROIBIÇÃO DO NEGÓCIO CONSIGO MESMO	982	14.4.1.	CAUSAS QUE <i>IMPEDEM</i> OU <i>SUSPENDEM</i> A PRESCRIÇÃO ..	994
10.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	983	14.4.2.	CAUSAS QUE <i>INTERROMPEM</i> A PRESCRIÇÃO	994
10.1.	DO ERRO OU IGNORÂNCIA	983	14.4.2.1.	LEGITIMADOS À INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO	995
10.1.1.	FALSO MOTIVO	984	14.5.	PRAZOS DE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	995
10.2.	DOLO	984			
10.3.	COAÇÃO	985			
10.3.1.	COAÇÃO EXERCIDA POR TERCEIRO	985			
10.4.	ESTADO DE PERIGO	985			
10.5.	LESÃO	985			
10.5.1.	NO CÓDIGO CIVIL	985			

+	DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	995			
1.	OBRIGAÇÕES EM GERAL	995	1.13.13.	AUTONOMIA DOS DEVEDORES SOLIDÁRIOS..... 1006	
1.1.	CONCEITO E ELEMENTOS DA OBRIGAÇÃO.....	995	1.13.14.	IMPOSSIBILIDADE DA PRES- TAÇÃO..... 1006	
1.2.	OBRIGAÇÃO SEM RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE SEM OBRIGAÇÃO.....	996	1.13.15.	UNIDADE DA OBRIGAÇÃO 1006	
1.3.	FONTES DAS OBRIGAÇÕES	996	1.13.16.	OPONIBILIDADE APENAS DE EXCEÇÕES PESSOAIS	1006
1.4.	CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	997	1.13.17.	PAGAMENTO DA DÍVIDA POR UM DOS DEVEDORES	1006
1.5.	CLASSIFICAÇÃO LEGAL DAS OBRIGAÇÕES.....	998	1.13.18.	RATEIO EM CASO DE INSOLVÊNCIA DE UM DOS DEVEDORES.....	1006
1.5.1.	OBRIGAÇÕES DE DAR.....	998	1.13.19.	OBRIGAÇÃO DE INTERESSE EXCLUSIVO DE UM DOS CO- DEVEDORES.....	1006
1.5.1.1.	PERDA E DETERIO- RAÇÃO DA COISA OBJETO DA OBRIGAÇÃO	998	1.14.	TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	1006
1.5.1.2.	MELHORAMENTOS E ACRÉSCIMOS AN- TES DA TRADIÇÃO.	999	1.14.1.	ESPÉCIES	1007
1.5.2.	OBRIGAÇÕES DE RESTITUIR COISA CERTA.....	1000	1.14.2.	CESSÃO DOS ACESSÓRIOS.....	1007
1.5.3.	OBRIGAÇÕES DE DAR COISA INCERTA	1000	1.14.3.	EFICÁCIA DA CESSÃO DE CRÉDITOS	1007
1.5.3.1.	CONCENTRAÇÃO ...	1001	1.14.4.	EFEITOS DA CESSÃO DE CRÉ- DITO.....	1007
1.5.4.	TUTELA JUDICIAL DAS OBRIGAÇÕES DE DAR.....	1001	1.14.5.	PLURALIDADE DE CESSÕES ...	1007
1.6.	OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER	1001	1.14.6.	DESONERAÇÃO DO DEVE- DOR.....	1007
1.6.1.	OBRIGAÇÕES DE FAZER.....	1001	1.14.7.	EXERCÍCIO DE ATOS CON- SERVATÓRIOS.....	1008
1.6.2.	OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER	1002	1.14.8.	OPONIBILIDADE DE EXCE- ÇÕES.....	1008
1.6.3.	TUTELA JUDICIAL DAS OBRIGAÇÕES DE FATO	1002	1.14.9.	RESPONSABILIDADE DO CE- DENTE	1008
1.7.	OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS	1002	1.14.10.	CESSÃO <i>PRO SOLUTO</i> COMO REGRA	1008
1.8.	IMPOSSIBILIDADE DE UMA DAS PRES- TAÇÕES	1003	1.14.11.	PENHORA DO CRÉDITO	1008
1.8.1.	SEM CULPA DO DEVEDOR.....	1003	1.15.	ASSUNÇÃO DE DÍVIDA. CONCEITO.....	1008
1.9.	OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍ- VEIS	1003	1.15.1.	CARACTERÍSTICAS DA AS- SUNÇÃO DE DÍVIDA.....	1008
1.9.1.	OBRIGAÇÃO DIVISÍVEL.....	1003	1.15.2.	EFEITOS DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	1009
1.9.2.	OBRIGAÇÃO INDIVISÍVEL.....	1003	1.15.3.	EXTINÇÃO DAS GARANTIAS ESPECIAIS DO ANTIGO DEVE- DOR.....	1009
1.10.	PLURALIDADE DE DEVEDORES	1003	1.15.4.	ANULAÇÃO DA ASSUNÇÃO...	1009
1.11.	PLURALIDADE DE CREDORES	1003	1.15.5.	PRINCÍPIO DA INOPONIBILI- DADE DAS EXCEÇÕES PES- SOAIS.....	1009
1.12.	PERDA DA INDIVISIBILIDADE.....	1004	1.15.6.	CESSÃO DE POSIÇÃO CON- TRATUAL	1009
1.13.	OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS.....	1004	1.16.	ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1010
1.13.1.	SOLIDARIEDADE ATIVA.....	1004	1.16.1.	PAGAMENTO	1010
1.13.2.	EXONERAÇÃO DO DEVEDOR	1004	1.16.1.1.	QUEM DEVE PA- GAR (<i>SOLVENS</i>).....	1010
1.13.3.	EXONERAÇÃO TOTAL OU PARCIAL.....	1004	1.16.1.2.	TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE.....	1010
1.13.4.	FALECIMENTO DO CREDOR SOLIDÁRIO.....	1004	1.16.1.3.	CRETOR PUTATIVO	1011
1.13.5.	CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS	1005	1.16.1.4.	PAGAMENTO DE CRÉDITO PENHO- RADO OU IMPUG- NADO.....	1011
1.13.6.	REMISSÃO DA DÍVIDA POR UM DOS CREDORES	1005	1.16.1.5.	DO OBJETO DO PA- GAMENTO E SUA PROVA	1011
1.13.7.	RECEBIMENTO DA DÍVIDA POR UM DOS CREDORES	1005	1.16.1.6.	DÍVIDAS EM DI- NHEIRO	1011
1.13.8.	PRINCÍPIO DA AUTONOMIA DOS CREDORES SOLIDÁRIOS	1005			
1.13.9.	SOLIDARIEDADE PASSIVA.....	1005			
1.13.10.	FALECIMENTO DE UM DOS DEVEDORES SOLIDÁRIOS.....	1005			
1.13.11.	PAGAMENTO PARCIAL FEITO POR UM DOS DEVEDORES	1005			
1.13.12.	REMISSÃO DA DÍVIDA EM FAVOR DE UM DOS DEVEDO- RES.....	1006			

1.16.1.7.	REVISÃO JUDICIAL POR ONEROSIDADE EXCESSIVA.....	1011	1.20.2.	RECEBIMENTO INDEVIDO COMO PARTE DE DÍVIDA VERDADEIRA.....	1028
1.16.1.8.	PROIBIÇÃO DE CONTRATOS EM OURO OU EM MOEDA ESTRANGEIRA.....	1012	1.20.3.	CUMPRIMENTO INDEVIDO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER.....	1028
1.16.2.	QUITAÇÃO.....	1012	1.20.4.	PAGAMENTO DE DÍVIDA PRESCRITA OU DE OBRIGAÇÃO NATURAL.....	1028
1.16.2.1.	FORMA DA QUITAÇÃO.....	1012	1.20.5.	PAGAMENTO DADO PARA OBTENÇÃO DE FINS ILÍCITOS, IMORAIS OU PROIBIDOS.....	1028
1.16.2.	QUITAÇÃO PELA DEVOLUÇÃO DO TÍTULO.....	1012	1.20.4.	ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	1029
1.16.3.	QUITAÇÃO DE QUOTAS PERIÓDICAS.....	1012	1.21.	OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1029
1.16.4.	QUITAÇÃO DE CAPITAL SEM RESERVA DE JUROS.....	1013	1.21.1.	RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1029
1.16.5.	DESPESAS COM A QUITAÇÃO.....	1013	1.21.2.	AUTONOMIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL COM RELAÇÃO À RESPONSABILIDADE CRIMINAL.....	1030
1.17.	PAGAMENTO EM MEDIDA OU PESO.....	1013	1.21.3.	ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1031
1.17.1.	LUGAR DO PAGAMENTO.....	1013	1.21.4.	ATO DANOSO COM CULPA.....	1031
1.18.	DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	1020	1.21.5.	ATO DANOSO SEM CULPA.....	1031
1.18.1.	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS. DESCUMPRIMENTO.....	1020	1.21.6.	RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRACONTRATUAL.....	1032
1.18.2.	OBRIGAÇÕES NEGATIVAS.....	1020	1.21.7.	RESPONSABILIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA.....	1032
1.18.3.	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	1020	1.21.8.	RESPONSABILIDADE OBJETIVA PURA E IMPURA.....	1033
1.18.4.	REGIME DA RESPONSABILIDADE CONTRATUAL.....	1020	1.21.9.	RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA.....	1033
1.18.5.	EFEITOS DA MORA.....	1021	1.21.10.	INDENIZAÇÃO.....	1034
1.18.6.	PURGAÇÃO DA MORA.....	1022	1.21.10.1.	CONCEITO.....	1034
1.18.7.	PERDAS E DANOS.....	1022	1.21.10.2.	EQUIDADE E CULPA RECÍPROCA.....	1034
1.18.10.	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	1022	1.21.10.3.	LIQUIDAÇÃO DO DANO.....	1034
1.18.11.	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.....	1022	1.21.10.4.	INDENIZAÇÃO EM CASO DE HOMICÍDIO.....	1034
1.18.12.	CAPITALIZAÇÃO.....	1023	1.21.10.5.	INDENIZAÇÃO EM CASO DE LESÃO CORPORAL OU OUTRA OFENSA À SAÚDE.....	1035
1.18.13.	OUTROS ENCARGOS LEGAIS.....	1023	1.21.11.	RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS.....	1035
1.18.14.	CLÁUSULA PENAL. CONCEITO.....	1024	1.21.12.	INDENIZAÇÃO POR USURPAÇÃO OU ESBULHO.....	1035
1.18.14.1.	CLÁUSULA PENAL MORATÓRIA.....	1024	1.21.13.	INDENIZAÇÃO EM CASO DE INJÚRIA, DIFAMAÇÃO OU CALÚNIA.....	1035
1.18.14.2.	CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA.....	1024	1.21.14.	INDENIZAÇÃO POR OFENSA À LIBERDADE PESSOAL.....	1035
1.18.14.3.	LIMITE DA CLÁUSULA PENAL.....	1024	1.21.15.	EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1035
1.18.14.4.	REDUÇÃO COGENTE DA CLÁUSULA PENAL PELA PROPORCIONALIDADE DO CUMPRIMENTO OU PELA EXCESSIVIDADE DE SEU MONTANTE.....	1025	1.21.16.	NA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA.....	1036
1.18.15.	ARRAS OU SINAL.....	1025	1.21.17.	NA RESPONSABILIDADE OBJETIVA.....	1036
1.19.	OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE ATOS OU NEGÓCIOS UNILATERAIS.....	1026	1.22.	PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS.....	1037
1.19.1.	OBRIGAÇÕES POR ATOS UNILATERAIS.....	1026	1.22.1.	INSOLVÊNCIA.....	1037
1.19.2.	PROMESSA DE RECOMPENSA.....	1026			
1.19.3.	GESTÃO DE NEGÓCIOS.....	1026			
1.20.	PAGAMENTO INDEVIDO.....	1027			
1.20.1.	RECEBIMENTO INDEVIDO DE IMÓVEL.....	1028			

1.22.1.1.	CONCEITO DE INSOLVÊNCIA.....	1037	2.23.	INADIMPLÊNCIA DO CONTRATO PRELIMINAR.....	1053
1.22.1.2.	DECLARAÇÃO DE INSOLVÊNCIA.....	1037	2.24.	PROMESSA UNILATERAL.....	1053
1.22.2.	PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS.....	1037	2.25.	EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	1053
1.22.3.	EFEITOS DAS PREFERÊNCIAS.....	1038	2.25.1.	RESILIÇÃO.....	1053
1.22.4.	CONCORRÊNCIA DE CREDORES COM A MESMA CLASSE DE PRIVILÉGIO.....	1038	2.25.2.	RESILIÇÃO BILATERAL (DISTRATO).....	1053
1.22.5.	INEXISTÊNCIA DE CREDORES PRIVILEGIADOS.....	1038	2.25.3.	RESILIÇÃO UNILATERAL.....	1053
+	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	1038	2.25.4.	DENÚNCIA.....	1053
1.	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1038	2.25.5.	ARREPENDIMENTO.....	1053
2.	CONTRATO. CONCEITO.....	1040	2.25.6.	REVOGAÇÃO.....	1053
2.1.	PRINCÍPIOS CONTRATUAIS.....	1041	2.25.7.	RENÚNCIA.....	1054
2.1.1.	PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO (ART. 421).....	1041	2.25.8.	RESOLUÇÃO.....	1054
2.1.2.	EQUIVALÊNCIA MATERIAL.....	1041	2.25.9.	RESOLUÇÃO POR INADIMPLEMENTO.....	1054
2.1.3.	PRINCÍPIO DA FORÇA VINCULANTE DOS CONTRATOS – PACTA SUNT SERVANDA.....	1042	2.25.10.	CLÁUSULA RESOLUTIVA.....	1054
2.1.4.	PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS CONTRATOS.....	1042	2.25.11.	EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO.....	1054
2.1.5.	PRINCÍPIO DO CONSENSUALISMO.....	1042	2.25.12.	SUSPENSÃO ANTECIPADA DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO.....	1054
2.1.6.	PRINCÍPIO DA BOA-FÉ.....	1042	2.25.13.	RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA.....	1055
2.2.	BOA-FÉ OBJETIVA COMO CLÁUSULA GERAL.....	1043	2.26.	DIFERENCIAÇÃO COM O SISTEMA ESTABUÍDO PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	1056
2.2.1.	FUNÇÕES DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	1043	2.27.	RESCISÃO.....	1057
2.2.3.	SUPPRESSIO E SURRECTIO.....	1043	2.27.1.	RESCISÃO COMO GÊNERO.....	1057
2.4.	O PACTO SUCESSÓRIO.....	1045	2.27.2.	RESCISÃO COMO RESOLUÇÃO ESPECÍFICA.....	1057
2.5.	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	1045	2.27.3.	RESCISÃO COMO DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO FORMADO COM LESÃO OU ESTADO DE PERIGO.....	1057
2.6.	CONTRATOS ENTRE PRESENTES.....	1045	2.27.4.	RESCISÃO COMO FORMA DE DISSOLVER O VÍNCULO CONTRATUAL POR CIRCUNSTÂNCIAS CONTEMPORÂNEAS À SUA FORMAÇÃO.....	1057
2.7.	RETRATAÇÃO.....	1046	+	CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	1057
2.8.	CONTRATOS ELETRÔNICOS.....	1046	1.	COMPRA E VENDA.....	1057
2.9.	OFERTA.....	1046	1.1.	CONCEITO.....	1057
2.10.	ACEITAÇÃO.....	1046	1.1.1.	NATUREZA JURÍDICA.....	1057
2.11.	TEORIA DA EXPEDIÇÃO.....	1047	1.1.2.	SOBRE AS PARTES.....	1058
2.12.	LUGAR DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	1047	1.2.3.	SOBRE O OBJETO.....	1059
2.13.	CONTRATOS EXTRA PARTES.....	1047	1.2.4.	SOBRE O PREÇO.....	1060
2.14.	ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO.....	1047	1.2.5.	CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA (PACTOS ADJETOS).....	1061
2.15.	PARTES.....	1047	1.2.6.	RETROVENDA.....	1061
2.16.	EFEITOS.....	1048	1.2.7.	VENDA A CONTENTO E VENDA SUJEITA À PROVA.....	1062
2.17.	PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO.....	1048	1.2.8.	VENDA A CONTENTO.....	1062
2.18.	CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR.....	1048	1.2.9.	VENDA SUJEITA À PROVA.....	1062
2.19.	VÍCIOS REDIBITÓRIOS. CONCEITO.....	1048	1.2.10.	PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA.....	1062
2.19.1.	REQUISITOS.....	1048	1.2.11.	VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO.....	1063
2.19.2.	EFEITOS.....	1049	1.2.12.	VENDA SOBRE DOCUMENTOS.....	1063
2.19.3.	PRAZOS DECADENCIAIS E PRESCRICIONAIS DAS AÇÕES EDILÍCIAS.....	1049	1.3.	TROCA OU PERMUTA E CONTRATO ESTIMATÓRIO.....	1063
2.19.4.	VÍCIOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	1050	1.3.1.	TROCA OU PERMUTA.....	1063
2.20.	EVICÇÃO. CONCEITO.....	1050	1.3.2.	CONTRATO ESTIMATÓRIO.....	1063
2.20.1.	DIREITOS DO EVICTO.....	1051	1.4.	DOAÇÃO.....	1063
2.20.2.	EFEITOS.....	1051	1.4.1.	CONCEITO.....	1063
2.21.	CONTRATOS ALEATÓRIOS.....	1051			
2.22.	CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO.....	1052			

1.4.2.	NATUREZA JURÍDICA.....	1064	1.11.1.7.	EXTINÇÃO DO MANDATO.....	1078
1.4.3.	ESPÉCIES.....	1064	1.11.1.8.	PODERES GERAIS...	1078
1.4.4.	REGRAS PRINCIPAIS.....	1064	1.11.1.9.	PODERES ESPECIAIS.....	1079
1.4.5.	REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO.....	1065	1.11.1.10.	FORMA.....	1079
1.4.6.	PROMESSA DE DOAÇÃO.....	1065	1.12.	COMISSÃO.....	1079
1.5.	LOCAÇÃO.....	1065	1.13.	AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO.....	1079
1.5.1.	CONCEITO.....	1065	1.14.	CORRETAGEM.....	1079
1.5.2.	LOCAÇÃO DE COISAS.....	1066	1.15.	TRANSPORTE.....	1080
1.5.3.	OBRIGAÇÕES DO LOCADOR..	1066	1.15.1.	CONCEITO.....	1080
1.5.4.	OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO.....	1066	1.15.2.	ESPÉCIES.....	1080
1.5.5.	EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	1067	1.15.2.1.	TRANSPORTE DE PESSOAS.....	1080
1.5.6.	DIREITOS DO LOCADOR.....	1067	1.15.2.2.	TRANSPORTE DE COISAS.....	1082
1.5.6.1.	SÃO DIREITOS DO LOCADOR.....	1067	1.15.2.3.	TRANSPORTE CUMULATIVO.....	1083
1.5.6.2.	DIREITOS DO LOCATÁRIO.....	1067	1.15.2.4.	VALOR DA INDENIZAÇÃO NO EXTRAVIO DE BAGAGEM..	1083
1.5.6.3.	DENÚNCIA PELO LOCADOR NA LOCAÇÃO RESIDENCIAL.....	1069	1.16.	SEGURO.....	1084
1.5.6.4.	DENÚNCIA PELO LOCADOR NA LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL.....	1069	1.16.1.	CONCEITO.....	1084
1.6.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	1070	1.16.2.	ELEMENTOS DA APÓLICE.....	1084
1.6.1.	CONCEITO.....	1070	1.16.3.	O RISCO.....	1084
1.6.2.	PARTES.....	1070	1.16.4.	REGRAS ESPECIAIS SOBRE O RISCO.....	1085
1.6.3.	RETRIBUIÇÃO.....	1070	1.16.5.	BOA-FÉ NAS DECLARAÇÕES CONSTANTES DA APÓLICE.....	1085
1.6.4.	DURAÇÃO.....	1071	1.16.6.	ESPÉCIES DE SEGURO.....	1086
1.6.5.	EXTINÇÃO.....	1071	1.16.7.	SEGURO DE DANO.....	1086
1.7.	EMPREITADA.....	1071	1.16.8.	VALOR DA GARANTIA.....	1086
1.7.1.	CONCEITO.....	1071	1.16.9.	EXTENSÃO DO RISCO.....	1087
1.7.2.	CARACTERÍSTICAS.....	1072	1.16.10.	SEGURO DE PESSOA (SEGURO DE VIDA).....	1088
1.7.3.	RISCOS NA EMPREITADA.....	1072	1.16.11.	SEGURO PESSOAL OU DE TERCEIRO.....	1088
1.8.	EMPRÉSTIMO.....	1072	1.16.12.	BENEFICIÁRIO.....	1088
1.8.1.	CONCEITO.....	1072	1.16.13.	REGRAS EXCLUDENTES DA COBERTURA.....	1088
1.8.2.	COMODATO.....	1072	1.16.14.	SEGURO DE PESSOAS EM GRUPO.....	1089
1.8.3.	REGRAS E EFEITOS DO COMODATO.....	1073	1.17.	CONSTITUIÇÃO DE RENDA.....	1089
1.9.	MÚTUO.....	1073	1.17.1.	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	1089
1.9.1.	REGRAS E EFEITOS.....	1073	1.17.2.	PRINCIPAIS REGRAS.....	1089
1.10.	DEPÓSITO.....	1074	1.18.	DO JOGO E DA APOSTA.....	1089
1.10.1.	CONCEITO.....	1074	1.18.1.	CONCEITO.....	1089
1.10.2.	ESPÉCIES.....	1074	1.18.2.	REGRAS.....	1090
1.10.3.	DEPÓSITO DECORRENTE DE HOSPEDAGEM.....	1074	1.19.	FIANÇA.....	1091
1.10.4.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO DEPOSITÁRIO.....	1075	1.19.1.	CONCEITO.....	1091
1.10.5.	PRISÃO CIVIL.....	1075	1.19.2.	REGRAS PRINCIPAIS.....	1091
1.11.	NEGÓCIOS DE INTERMEDIÇÃO.....	1075	1.19.3.	FIANÇA LIMITADA E ILIMITADA.....	1091
1.11.1.	MANDATO.....	1075	1.19.4.	FIANÇA SOBRE OBRIGAÇÃO INVÁLIDA.....	1091
1.11.1.1.	CONCEITO.....	1075	1.19.5.	IDONEIDADE DO FIADOR.....	1092
1.11.1.2.	LIMITES DA REPRESENTAÇÃO CONFERIDA PELO MANDATO.....	1076	1.19.6.	EXTINÇÃO DA FIANÇA.....	1092
1.11.1.3.	TEORIA DA APARÊNCIA.....	1076	1.19.7.	PENHORABILIDADE DO IMÓVEL RESIDENCIAL DO FIADOR EM CONTRATO DE LOCAÇÃO.....	1092
1.11.1.4.	CLÁUSULA-MANDATO.....	1076			
1.11.1.5.	OBRIGAÇÕES DO MANDATÁRIO.....	1077			
1.11.1.6.	OBRIGAÇÕES DO MANDANTE.....	1077			

1.20. TRANSAÇÃO.....	1093	4.4. ELEMENTOS.....	1103
1.20.1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	1093	4.5. DELIMITAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	1103
1.20.2. ELEMENTOS DA TRANSAÇÃO.....	1094	4.5.1. DIREITO AOS FRUTOS E PRODUTOS.....	1104
1.20.3. O PROPÓSITO DE EXTINÇÃO OU PREVENÇÃO DO LITÍGIO.....	1094	4.5.2. DESCOBERTA.....	1104
1.20.4. RECIPROCIDADE DAS CONCESSÕES.....	1094	4.6. LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	1104
1.20.5. REGRAS.....	1094	4.6.1. PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE.....	1104
1.21. COMPROMISSO.....	1094	4.6.2. ELEMENTOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL.....	1104
1.21.1. CONCEITO.....	1094	4.6.3. ELEMENTOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA.....	1105
1.21.2. LIMITAÇÕES AO COMPROMISSO.....	1094	4.6.4. LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE PROPRIEDADE NO CÓDIGO CIVIL.....	1105
1.21.3. JUÍZO ARBITRAL.....	1095	4.6.4.1. A CHAMADA DE SAPROPRIAÇÃO JUDICIAL (ART. 1.228, §§ 4.º E 5.º) ...	1106
1.21.4. AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	1095	4.6.5. OUTRAS LIMITAÇÕES.....	1106
1.21.5. ESPÉCIES DE ARBITRAGEM.....	1095	4.7. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE.....	1106
1.21.6. CASOS DE NULIDADE.....	1096	4.7.1. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL.....	1107
+ DIREITO DAS COISAS.....	1096	4.7.1.1. USUCAPIÃO.....	1107
1. CONCEITO.....	1096	4.7.1.2. CONCEITO.....	1107
1.1. DISTINÇÕES ENTRE OS DIREITOS REAIS E OS DIREITOS PESSOAIS.....	1096	4.7.1.3. NATUREZA.....	1107
2. POSSE.....	1097	4.7.1.4. EXTENSÃO.....	1107
2.1. TEORIAS SOBRE A POSSE.....	1097	4.7.1.5. ESPÉCIES DE USUCAPIÃO.....	1107
2.1.1. TEORIA SUBJETIVA.....	1097	4.7.1.6. APLICAÇÃO DE INSTITUTOS DA PRESCRIÇÃO EXTINTIVA.....	1109
2.1.2. TEORIA OBJETIVA.....	1097	4.7.1.7. EFICÁCIA DA SENTENÇA.....	1109
2.1.3. A TEORIA DE SALEILLES.....	1097	4.7.1.8. <i>ACCESSIO POSSESSIONIS</i>	1110
2.2. LOCALIZAÇÃO TÓPICA DA POSSE.....	1097	4.7.2. AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTULO.....	1110
2.3. CLASSIFICAÇÕES DA POSSE.....	1098	4.7.3. AQUISIÇÃO POR ACESSÃO.....	1110
2.4. MANUTENÇÃO DOS CARACTERES DA POSSE.....	1098	4.7.3.1. CONCEITO.....	1110
2.5. AQUISIÇÃO DA POSSE.....	1098	4.7.3.2. DA FORMAÇÃO DE ILHA.....	1111
2.5.1. AQUISIÇÃO DA POSSE QUANTO À ORIGEM.....	1099	4.7.3.3. ALUVIÃO.....	1111
2.5.2. TRANSMISSÃO DA POSSE.....	1099	4.7.3.4. AVULSÃO.....	1111
2.5.3. <i>ACCESSIO POSSESSIONIS</i>	1099	4.7.3.5. ABANDONO DE ÁLVEO.....	1111
2.5.4. ATOS DE MERA TOLERÂNCIA E PRESUNÇÃO DE POSSE DAS COISAS MÓVEIS.....	1099	4.7.3.6. DAS CONSTRUÇÕES E PLANTAS.....	1111
2.6. EFEITOS DA POSSE.....	1099	4.8. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL.....	1113
2.6.1. DIREITO AOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS.....	1099	4.8.1. USUCAPIÃO.....	1113
2.6.1.1. ALEGAÇÃO DE DOMÍNIO NA PENDÊNCIA DO PROCESSO POSSESSÓRIO.....	1100	4.8.2. OCUPAÇÃO.....	1113
2.6.2. DIREITO AOS FRUTOS.....	1100	4.8.3. ACHADO DO TESOURO.....	1113
2.6.3. PERDA OU DETERIORAÇÃO DA COISA.....	1100	4.8.4. TRADIÇÃO.....	1113
2.6.4. DIREITO ÀS BENFEITORIAS.....	1101	4.8.4.1. CONSTITUTO POSSESSÓRIO.....	1113
2.6.4.1. NOÇÕES.....	1101		
2.6.4.2. POSSUIDOR DE BOA-FÉ.....	1101		
2.6.4.3. POSSUIDOR DE MÁ-FÉ.....	1101		
2.7. PERDA DA POSSE.....	1101		
3. DIREITOS REAIS.....	1101		
4. PROPRIEDADE.....	1102		
4.1. BREVE HISTÓRICO DA PROPRIEDADE.....	1102		
4.1.1. CONCEPÇÃO CONFLITUOSA.....	1102		
4.1.2. CONCEPÇÃO ABSOLUTISTA.....	1102		
4.1.3. CONCEPÇÃO RELATIVISTA.....	1102		
4.2. CONCEITO.....	1103		
4.3. PROPRIEDADE E DOMÍNIO.....	1103		

4.8.4.2.	ALIENAÇÃO DE COISA SOB PODER DE TERCEIRO.....	1113	9.2.3.	CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO.....	1122
4.8.4.3.	TRADITIO BREVI MANU.....	1113	9.3.	SERVIDÕES.....	1122
4.8.5.	ESPECIFICAÇÃO.....	1113	9.3.1.	CONCEITO.....	1122
4.8.6.	CONFUSÃO, COMISTÃO E ADJUNÇÃO.....	1114	9.3.2.	CARACTERÍSTICAS.....	1122
4.8.6.1.	CONFUSÃO, COMISTÃO OU ADJUNÇÃO DE MÁ-FÉ.....	1114	9.3.3.	FORMAS DE CONSTITUIÇÃO.....	1122
4.8.6.2.	FORMAÇÃO DE ESPÉCIE NOVA.....	1114	9.3.4.	CLASSIFICAÇÃO.....	1123
4.9.	PERDA DA PROPRIEDADE.....	1114	9.3.5.	EXERCÍCIO DAS SERVIDÕES...	1123
5.	DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	1115	9.3.5.1.	DIREITO DE CONSERVAÇÃO.....	1123
5.1.	NATUREZA JURÍDICA.....	1115	9.3.5.2.	LIVRE EXERCÍCIO DA SERVIDÃO.....	1123
5.2.	USO ANORMAL DA PROPRIEDADE.....	1115	9.3.5.3.	REMOÇÃO DA SERVIDÃO.....	1123
5.2.1.	INTERFERÊNCIA DETERMINADA PELO INTERESSE PÚBLICO.....	1116	9.3.5.4.	RESTRICÇÃO AO EXERCÍCIO DA SERVIDÃO.....	1124
5.2.2.	AÇÃO DEMOLITÓRIA E AÇÃO DE DANO INFECTO.....	1116	9.3.6.	EXTINÇÃO DAS SERVIDÕES...	1124
5.3.	ÁRVORES LIMÍTROFES.....	1116	9.3.6.1.	REGRA GERAL.....	1124
5.4.	PASSAGEM FORÇADA.....	1116	9.3.6.2.	CANCELAMENTO JUDICIAL.....	1124
5.5.	PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES.....	1116	9.3.6.3.	EXTINÇÃO PELO NÃO-USO, CONFUSÃO OU CONTRATO.....	1124
5.6.	ÁGUAS.....	1117	9.4.	USUFRUTO.....	1124
5.6.1.	ÁGUAS NATURAIS.....	1117	9.4.1.	CONCEITO.....	1124
5.6.2.	ÁGUAS ARTIFICIAIS.....	1117	9.4.1.1.	DISTINÇÃO COM OUTROS INSTITUTOS.....	1125
5.6.3.	ÁGUAS PLUVIAIS E DE NASCENTE.....	1117	9.4.2.	DIREITOS DO USUFRUTUÁRIO.....	1125
5.6.4.	POLUIÇÃO DE ÁGUAS.....	1117	9.4.2.1.	REGRA GERAL.....	1125
5.6.5.	BARRAGENS, AÇUDES E REPRESAMENTO DE ÁGUA.....	1117	9.4.2.2.	DIREITO AOS FRUTOS.....	1125
5.6.6.	DIREITO DE AQUEDUTO OU SERVIDÃO LEGAL DE AQUEDUTO.....	1117	9.4.2.3.	DIREITO DE ARRENDAR/PROIBIÇÃO DE MODIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO ECONÔMICA.....	1125
5.6.7.	LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DIREITO DE TAPAGEM.....	1117	9.4.2.4.	DIREITO DE ACRES-CER.....	1126
5.6.8.	DIREITO DE CONSTRUIR.....	1117	9.4.3.	DEVERES DO USUFRUTUÁRIO.....	1126
6.	CONDOMÍNIO.....	1118	9.4.3.1.	DEVER DE CONSERVAÇÃO.....	1126
6.1.	CONCEITO.....	1118	9.4.3.2.	REPARAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS.....	1126
6.2.	DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONDÔMINOS.....	1118	9.4.3.3.	USUFRUTO DE PATRIMÔNIO.....	1126
6.3.	ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO..	1118	9.4.3.4.	DEVER DE CIÊNCIA QUANTO ÀS LESÕES.....	1126
6.4.	CONDOMÍNIO NECESSÁRIO.....	1118	9.4.3.5.	PAGAMENTO DO SEGURO.....	1126
6.5.	CONDOMÍNIO EDILÍCIO.....	1119	9.4.3.6.	DESTRUIÇÃO DE EDIFÍCIO SUJEITO A SEGURO.....	1126
7.	PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	1119	9.4.3.7.	DESAPROPRIAÇÃO DO PRÉDIO SUJEITO A USUFRUTO.....	1126
7.1.	CONCEITO.....	1119	9.4.4.	ESPÉCIES DE USUFRUTO.....	1127
7.2.	HIPÓTESES.....	1119	9.4.5.	EXTINÇÃO DO USUFRUTO.....	1127
7.2.1.	PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	1119	9.5.	USO.....	1127
7.2.2.	PROPRIEDADE AD TEMPUS.....	1119			
8.	PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	1120			
8.1.	CONCEITO.....	1120			
8.2.	REQUISITOS.....	1120			
8.3.	DESDOBRAMENTO DA POSSE.....	1120			
8.4.	VENCIMENTO DA DÍVIDA.....	1120			
9.	DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.....	1120			
9.1.	FORMA DE CONSTITUIÇÃO.....	1121			
9.2.	DIREITO DE SUPERFÍCIE.....	1121			
9.2.1.	DIREITOS E DEVERES DO SUPERFICIÁRIO.....	1121			
9.2.2.	EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE.....	1121			

9.5.1.	CONCEITO	1127	9.8.5.8.	HIPOTECA DE VIAS FÉRREAS	1138
9.5.2.	REGRAS.....	1127	9.8.6.	ANTICRESE	1138
9.6.	HABITAÇÃO.....	1127	9.8.6.1.	CONCEITO.....	1138
9.6.1.	CONCEITO	1127	9.8.6.2.	DIREITOS DO CRE- DOR ANTICRÉTICO	1139
9.7.	DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO – DIREI- TO DO PROMITENTE COMPRADOR	1128	9.8.6.3.	DEVERES DO CRE- DOR ANTICRÉTICO	1139
9.7.1.	CONCEITO	1128	9.8.6.4.	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL OBJETO DE ANTICRESE.....	1139
9.7.2.	REGRAS.....	1129	9.9.	LAJE	1139
9.8.	DIREITOS REAIS DE GARANTIA	1129	+	DIREITO DE FAMÍLIA	1139
9.8.1.	CONCEITO	1129	1.	AS VÁRIAS FAMÍLIAS	1139
9.8.2.	PRINCÍPIOS	1129	2.	PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	1140
9.8.2.1.	VINCULAÇÃO DO BEM DADO EM GA- RANTIA.....	1130	2.1.	PRINCÍPIO DE PROTEÇÃO DA DIGNI- DADE DA PESSOA HUMANA – ARTI- GO 1º, III, DA CF.....	1140
9.8.2.2.	CAPACIDADE DO SUJEITO E IDONEI- DADE DO OBJETO..	1130	2.2.	PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE FAMI- LIAR (ARTIGO 3º, I, DA CF).....	1140
9.8.2.3.	ACESSORIEDADE....	1130	2.3.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE FILHOS (ART. 227, § 6º, DA CF E ART. 1.596, CC)	1140
9.8.2.4.	DIREITO DE PREFE- RÊNCIA OU PRIORI- DADE.....	1131	2.4.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS – ART. 226, § 5º, DA CF/88 E ART. 1.511 DO CC.....	1140
9.8.2.5.	DIREITO DE SE- QUELA	1131	2.5.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE NA CHE- FIA FAMILIAR (ARTS. 1.566, III E IV, 1.631 E 1.634 DO CC E ARTS. 226, § 5º E 227, § 7º, DA CF)	1140
9.8.2.6.	INDIVISIBILIDADE DA GARANTIA	1131	2.6.	PRINCÍPIO DA NÃO-INTERVENÇÃO OU DA LIBERDADE (ARTIGO 1.513 E 1.565, § 2º, CC)	1140
9.8.2.7.	VENCIMENTO AN- TECIPADO DA DÍVI- DA GARANTIDA.....	1131	2.7.	PRINCÍPIO DO MAIOR INTERESSE DA CRIANÇA (ART. 227, CAPUT DA CF/88 E ARTS. 1.583 E 1.584 DO CC).....	1141
9.8.2.8.	TRANSITORIEDA- DE.....	1131	2.8.	PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE – MES- MO NÃO CONSTANDO A EXPRESSÃO AFETO TEXTO MAIOR, PODEMOS AFIRMAR QUE O MESMO DECORRE DA VALORIZAÇÃO CONSTANTE DA DIGNIDADE HUMANA	1141
9.8.3.	DISPOSIÇÕES GERAIS	1131	2.9.	PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA (ART. 226, CAPUT, CF)	1141
9.8.3.1.	PRAZO MÁXIMO DO DIREITO DE RETEN- ÇÃO DO CREDOR ANTICRÉTICO.....	1131	3.	CASAMENTO	1141
9.8.3.2.	REQUISITOS DE EFICÁCIA DO CON- TRATO CONSTITU- TIVO DA GARAN- TIA.....	1132	3.1.	CONCEITO DE CASAMENTO.....	1142
9.8.3.3.	GARANTIA PRESTA- DA POR TERCEIRO....	1132	3.2.	NATUREZA JURÍDICA.....	1142
9.8.3.4.	PROIBIÇÃO DO PACTO COMISSÓ- RIO.....	1132	3.2.1.	TEORIA CONTRATUALISTA, INDIVIDUALISTA OU CLÁSSI- CA	1142
9.8.3.5.	CARÁTER QUIRO- GRAFÁRIO DO SAL- DO REMANESCENTE.....	1132	3.2.2.	TEORIA INSTITUCIONALISTA OU SUPRA-INDIVIDUALISTA..	1142
9.8.4.	PENHOR.....	1132	3.2.3.	TEORIA ECLÉTICA OU MISTA	1142
9.8.4.1.	PENHOR EM GERAL.....	1132	3.3.	PRINCÍPIOS DO CASAMENTO.....	1142
9.8.4.2.	PENHORES ESPE- CIAIS.....	1134	3.4.	ESPONSAIS, PROMESSA DE CASA- MENTO OU NOIVADO.....	1142
9.8.4.3.	PENHOR LEGAL.....	1135	3.5.	PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO	1142
9.8.5.	HIPOTECA.....	1136	3.6.	IMPEDIMENTOS	1143
9.8.5.1.	CONCEITO.....	1136	3.7.	OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS	1144
9.8.5.2.	CLASSIFICAÇÃO DA HIPOTECA.....	1136	3.8.	CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO.....	1144
9.8.5.3.	PRINCÍPIOS	1136	3.9.	CASAMENTOS ESPECIAIS.....	1145
9.8.5.4.	REGRAS	1137	3.9.1.	CASAMENTO NUNCIPATIVO ..	1145
9.8.5.5.	HIPOTECA LEGAL...	1137			
9.8.5.6.	REGISTRO DA HI- POTECA.....	1138			
9.8.5.7.	EXTINÇÃO DA HI- POTECA.....	1138			

3.9.2.	CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITOS CIVIS	1145	8.4.	SUCCESSÃO DOS COLATERAIS DO DE CUJUS NÃO CASADO	1159
3.9.3.	CASAMENTO PERANTE AUTORIDADE DIPLOMÁTICA OU CONSULAR	1145	8.5.	SUCCESSÃO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO SOBREVIVENTE	1159
3.10.	DEFEITOS DO CASAMENTO	1146	8.5.1.	REQUISITOS GERAIS DE EXISTÊNCIA DO DIREITO SUCESSÓRIO DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRO	1159
3.10.1.	CASAMENTO INEXISTENTE	1146	8.5.3.	CONCORRÊNCIA DO CÔNJUGE SOBREVIVENTE COM OS ASCENDENTES	1160
3.10.2.	CASAMENTO ANULÁVEL	1146	8.5.3.	CÔNJUGE SOBREVIVENTE COMO HERDEIRO ÚNICO	1160
3.10.3.	CASAMENTO NULO	1147	8.5.4.	DIREITO REAL DE HABITAÇÃO	1160
3.10.4.	EFEITOS DA INVALIDADE	1147	8.5.5.	DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	1160
3.10.5.	CASAMENTO IRREGULAR	1147	8.6.	HERDEIROS NECESSÁRIOS	1161
3.11.	EFEITOS JURÍDICOS DO CASAMENTO	1148	9.	SUCCESSÃO TESTAMENTÁRIA	1161
4.	REGIME DE BENS	1148	9.1.	CONCEITO E FUNDAMENTO DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	1161
4.1.	COMUNHÃO PARCIAL	1148	9.2.	FORMAS DE TESTAMENTO	1161
4.2.	COMUNHÃO UNIVERSAL	1148	9.2.1.	FORMAS ORDINÁRIAS	1161
4.3.	PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUISITOS	1149	9.2.2.	FORMAS ESPECIAIS DE TESTAMENTO	1162
4.4.	SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS	1149	9.3.	CODICILO	1162
4.4.1.	SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS	1149	9.4.	REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	1162
5.	DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL	1149	+	SÚMULAS APLICÁVEIS	1163
5.1.	DIFERENÇAS ENTRE SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO	1149	+	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1163
6.	UNIÃO ESTÁVEL	1150	1.	SÚMULAS DO STF – PARTE GERAL	1163
7.	RELAÇÕES DE PARENTESCO	1150	2.	SÚMULAS DO STF – OBRIGAÇÕES	1164
7.1.	GRAUS DE PARENTESCO	1150	3.	SÚMULAS DO STF – CONTRATOS	1164
7.2.	FILIAÇÃO	1151	4.	SÚMULAS DO STF – RESPONSABILIDADE CIVIL	1165
7.2.1.	ADOÇÃO	1151	5.	SÚMULAS DO STF – COISAS	1165
7.3.	PODER FAMILIAR	1151	6.	SÚMULAS DO STF – FAMÍLIA	1166
8.	ALIMENTOS	1151	7.	SÚMULAS DO STF – SUCESSÕES	1166
9.	BEM DE FAMÍLIA	1152	+	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1166
10.	TUTELA	1153	1.	SÚMULAS DO STJ – PARTE GERAL	1166
10.1.	CONCEITO	1153	2.	SÚMULAS DO STJ – OBRIGAÇÕES	1168
10.2.	ESPÉCIES	1153	3.	SÚMULAS DO STJ – CONTRATOS	1169
10.3.	IMPEDIMENTOS	1153	4.	SÚMULAS DO STJ – RESPONSABILIDADE CIVIL	1170
10.4.	CESSAÇÃO	1154	5.	SÚMULAS DO STJ – COISAS	1171
11.	CURATELA	1154	6.	SÚMULAS DO STJ – FAMÍLIA	1171
+	DIREITO DAS SUCESSÕES	1154	+	ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CJF/STJ	1172
1.	CONCEITO DE DIREITO DAS SUCESSÕES	1154	1.	ENUNCIADOS DA PARTE GERAL	1172
2.	CONCEITO E ESPÉCIES DE SUCESSÃO	1154	2.	ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – OBRIGAÇÕES	1177
3.	MOMENTO DA ABERTURA DA SUCESSÃO	1155	3.	ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – CONTRATOS	1178
4.	MODOS DE SUCESSÃO <i>CAUSA MORTIS</i>	1155	4.	ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – RESPONSABILIDADE CIVIL	1182
4.1.	SUCCESSÃO UNIVERSAL	1155	5.	ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – COISAS	1184
4.2.	SUCCESSÃO SINGULAR	1155	6.	ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – FAMÍLIA	1189
4.3.	SUCCESSÃO LEGÍTIMA	1156	+	ENUNCIADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)	1194
4.4.	SUCCESSÃO TESTAMENTÁRIA	1156			
5.	ESPÉCIES DE SUCESSORES	1156			
6.	A HERANÇA	1156			
6.1.	CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS	1156			
7.	VOCAÇÃO HEREDITÁRIA	1157			
7.1.	EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO	1157			
7.2.	HERANÇA JACENTE E HERANÇA VACANTE	1158			
8.	SUCCESSÃO LEGÍTIMA	1158			
8.1.	ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA E A SUCESSÃO DOS DESCENDENTES, ASCENDENTES E DOS COLATERAIS. ...	1158			
8.2.	SUCCESSÃO DOS DESCENDENTES DO DE CUJUS NÃO CASADO	1158			
8.3.	SUCCESSÃO DOS ASCENDENTES DO DE CUJUS NÃO CASADO	1158			

DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 1197*Maurício Ferreira Cunha*

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1197
+ QUESTÕES.....	1199
1. PRINCÍPIOS.....	1199
2. JURISDIÇÃO.....	1200
3. AÇÃO.....	1203
4. PARTES E PROCURADORES.....	1204
4.1. CAPACIDADE PROCESSUAL.....	1204
4.2. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	1206
4.3. CESSÃO DE CRÉDITO.....	1208
5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	1209
6. COMPETÊNCIA.....	1215
6.1. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL.....	1219
6.2. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	1220
7. ATOS PROCESSUAIS.....	1222
7.1. ATOS DO JUIZ.....	1225
7.2. DOS PRAZOS.....	1226
7.3. NULIDADES.....	1227
8. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	1228
9. TUTELA PROVISÓRIA.....	1231
9.1. TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA.....	1234
9.2. TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR.....	1235
9.3. MEDIDA CAUTELAR FISCAL.....	1237
10. PROCEDIMENTO COMUM.....	1238
10.1. PETIÇÃO INICIAL.....	1238
10.2. RESPOSTA DO RÉU E REVELIA.....	1241
10.3. PROVAS.....	1244
10.4. SENTENÇA E COISA JULGADA.....	1247
10.5. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1251
10.6. AÇÃO RESCISÓRIA.....	1253
10.7. RECURSOS.....	1254
10.7.1. APELAÇÃO.....	1258
10.7.2. AGRAVO.....	1259
10.7.3. RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	1260
11. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	1262
11.1. PRECEDENTES VINCULANTES.....	1262
11.2. RECLAMAÇÃO.....	1264
11.3. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1265
11.4. DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1266
11.5. TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DE JULGAMENTO.....	1267
12. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1269
12.1. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	1273
12.1.1. PENHORA.....	1273
12.2. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1275
12.3. EXECUÇÃO FISCAL.....	1276
12.4. DEFESAS DO EXECUTADO.....	1278
13. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC.....	1280
14. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	1284
14.1. AÇÕES COLETIVAS.....	1289
14.2. AÇÃO POPULAR.....	1292
14.3. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	1293

+ DICAS (RESUMO).....	1297
1. JURISDIÇÃO.....	1298
1.1. EQUIVALENTES JURISDICIONAIS.....	1299
1.2. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL.....	1300
1.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	1300
2. AÇÃO.....	1301
3. PARTES E PROCURADORES.....	1303
3.1. CAPACIDADE PROCESSUAL.....	1303
3.2. DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	1303
3.3. DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS.....	1303
3.4. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	1304
3.5. SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	1304
4. LITISCONSÓRCIO.....	1305
5. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	1306
6. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1307
7. COMPETÊNCIA.....	1308
8. ATOS PROCESSUAIS.....	1310
8.1. PRAZOS.....	1310
8.2. CITAÇÃO.....	1311
8.3. VALOR DA CAUSA.....	1312
8.4. NULIDADES.....	1312
9. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	1313
9.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	1313
9.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	1313
10. TUTELA PROVISÓRIA.....	1314
10.1. FUNDAMENTO.....	1314
10.2. CARACTERÍSTICAS.....	1314
10.3. LEGITIMIDADE E MOMENTO PARA REQUERÊ-LA.....	1315
10.4. RESPONSABILIDADE PELA EFETIVAÇÃO DE PROVIMENTOS PROVISÓRIOS.....	1315
10.5. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA.....	1315
10.6. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR.....	1316
10.7. FUNGIBILIDADE DAS TUTELAS CONCEDIDAS EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	1316
11. PROCEDIMENTO COMUM.....	1316
11.1. PETIÇÃO INICIAL.....	1316
11.2. RESPOSTA DO RÉU.....	1317
11.2.1. CONTESTAÇÃO.....	1317
11.2.2. RECONVENÇÃO.....	1318
11.2.3. IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO.....	1318
11.3. REVELIA.....	1318
11.4. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO.....	1318
11.5. JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.....	1319
11.6. PROVAS.....	1319
11.7. SENTENÇA E COISA JULGADA.....	1320
12. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1322
13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1323
14. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	1324
14.1. AÇÃO RESCISÓRIA.....	1327
15. RECURSOS.....	1328
16. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1330
16.1. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	1330

16.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO.....	1331	9.5. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS.....	1349
16.3. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	1332	9.6. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1349
17. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC.....	1334	9.7. EXECUÇÃO FISCAL.....	1349
17.1. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	1334	10. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC.....	1350
17.2. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1336	10.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	1350
17.3. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	1336	10.2. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	1350
17.4. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	1336	10.3. EMBARGOS DE TERCEIROS.....	1350
17.5. AÇÃO MONITÓRIA.....	1337	10.4. AÇÃO MONITÓRIA.....	1350
17.6. INTERDIÇÃO.....	1338	11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	1350
17.7. OPOSIÇÃO.....	1339	11.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1350
17.8. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	1339	11.2. AÇÕES COLETIVAS.....	1351
18. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	1340	11.3. AÇÃO POPULAR.....	1351
18.1. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1340	11.4. LOCAÇÃO.....	1351
18.2. AÇÕES COLETIVAS.....	1340	11.5. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	1351
18.2.1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	1341	DIREITO ADMINISTRATIVO..... 1353	
18.2.2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	1342	<i>Leandro Bortoleto e Luís Felipe Cirino</i>	
18.2.3. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1343	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1353
18.2.4. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	1343	+ QUESTÕES..... 1355	
+ SÚMULAS..... 1344		1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	1355
1. AÇÃO.....	1344	2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	1357
2. PARTES E PROCURADORES.....	1344	3. AGENTES PÚBLICOS.....	1361
2.1. CAPACIDADE PROCESSUAL.....	1344	4. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/1990.....	1365
2.2. DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	1344	5. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	1368
3. COMPETÊNCIA.....	1344	6. ATO ADMINISTRATIVO.....	1371
4. ATOS PROCESSUAIS.....	1345	7. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL – LEI Nº 9.784/1999.....	1375
4.1. PRAZOS.....	1345	8. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	1378
4.2. CITAÇÃO.....	1345	9. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1381
5. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	1345	10. BENS PÚBLICOS.....	1385
6. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	1345	11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	1388
6.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	1345	12. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	1393
6.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	1346	13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1395
7. TUTELA PROVISÓRIA.....	1346	14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1397
8. PROCEDIMENTO COMUM.....	1346	+ DICAS (RESUMO)..... 1400	
8.1. RESPOSTA DO RÉU.....	1346	1. CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	1400
8.2. PROVAS.....	1346	2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	1400
8.3. SENTENÇA E COISA JULGADA.....	1346	3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	1405
8.4. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1346	4. AGENTES PÚBLICOS.....	1412
8.5. AÇÃO RESCISÓRIA.....	1346	5. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/1990.....	1421
8.6. RECURSOS.....	1346	6. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	1428
8.6.1. APELAÇÃO.....	1347	7. ATO ADMINISTRATIVO.....	1431
8.6.2. AGRAVO.....	1347	8.1. LEI Nº 9.784/99.....	1438
8.6.3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1347	9. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	1441
8.6.4. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	1347	9.1. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO NA LEI DAS ESTATAIS (LEI Nº 13.303/2016).....	1452
8.6.5. RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	1347	10. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1454
8.6.6. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1348	11. BENS PÚBLICOS.....	1460
9. PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1348	12. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	1465
9.1. PARTES.....	1348		
9.2. TÍTULO EXECUTIVO.....	1348		
9.3. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	1348		
9.4. PENHORA.....	1348		

13. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO	1468	CANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO. NOÇÕES GERAIS	1504
14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ...	1470	7. CONFLITOS INTERNACIONAIS. MEIOS DE SOLUÇÃO. DIPLOMÁTICOS, POLÍTICOS E JURISDICIONAIS. CORTES INTERNACIONAIS	1508
15. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	1475	8. DIREITO COMUNITÁRIO. FORMAS DE INTEGRAÇÃO. MERCADO COMUM DO SUL. CARACTERÍSTICAS. ELEMENTOS INSTITUCIONAIS. PROTOCOLO DE ASSUNÇÃO. PROTOCOLO DE OURO PRETO. PROTOCOLO DE OLIVOS. PROTOCOLO DE LAS LEÑAS. AUTORIDADES CENTRAIS	1508
+ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1480	9. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL. MAR. ÁGUAS INTERIORES. MAR TERRITORIAL. ZONA CONTÍGUA. ZONA ECONÔMICA. PLATAFORMA CONTINENTAL. ALTO-MAR. RIOS INTERNACIONAIS	1512
+ STF.....	1480	10. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL. ESPAÇO AÉREO. PRINCÍPIOS ELEMENTARES. NORMAS CONVENCIONAIS. NACIONALIDADE DAS AERONAVES. ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO	1514
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1480	11. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO. FONTES. CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO. NORMAS INDIRETAS. QUALIFICAÇÃO PRÉVIA. ELEMENTO DE CONEXÃO. REENVIO. PROVA. DIREITO ESTRANGEIRO. INTERPRETAÇÃO. APLICAÇÃO. EXCEÇÕES À APLICAÇÃO	1517
SERVIDOR PÚBLICO	1480	12. PROCESSO INTERNACIONAL. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL NAS RELAÇÕES JURÍDICAS COM ELEMENTO ESTRANGEIRO. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL. CARTAS ROGATÓRIAS. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS	1519
CONCURSO PÚBLICO	1481	13. MÉTODOS DE SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONTROVÉRSIAS. ARBITRAGEM	1528
DEMISSÃO	1481	14. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. EVOLUÇÃO HISTÓRICA. COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO. NATUREZA DAS DECISÕES. DELITOS INTERNACIONAIS	1529
DISPONIBILIDADE	1481	+ DICAS.....	1531
REMUNERAÇÃO	1481	1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. CONCEITO. FONTES. PRINCÍPIOS	1531
TEMPO DE SERVIÇO	1482	2. ATOS INTERNACIONAIS. TRATADO. CONCEITO. VALIDADE. EFEITOS. RATIFICAÇÃO. PROMULGAÇÃO. REGISTRO E PUBLICIDADE. VIGÊNCIA CONTEMPORÂNEA E DIFERIDA. INCORPORAÇÃO AO DIREITO INTERNO. VIOLAÇÃO. CONFLITO ENTRE TRATADO E NORMA DE DIREITO INTERNO. EXTINÇÃO	1532
VITALICIEDADE	1482	3. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ESTADO. IMUNIDADE À JURISDIÇÃO ESTATAL. CONSULADOS E EMBAIXADAS	1533
NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO)	1482	4. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. CONCEITO. NATUREZA JURÍDICA. ELEMENTOS CARACTERIZADORES. ESPÉCIES	1535
PODER DE POLÍCIA	1482	5. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. POPULAÇÃO. NACIONALIDADE. PRINCÍPIOS. NORMAS. TRATADOS MULTILATERAIS. ESTATUTO DA IGUALDADE	1535
ATO ADMINISTRATIVO.....	1482	6. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ESTRANGEIROS. VISTOS. DEPORTAÇÃO. EXPULSÃO. EXTRADIÇÃO. CONCEITO. FUNDAMENTO JURÍDICO. RECIPROCIDADE E CONTROLE JURISDICIONAL. ASILO POLÍTICO. CONCEITO. NATUREZA E DISCIPLINA	1501
BENS PÚBLICOS.....	1482		
DESAPROPRIAÇÃO	1482		
+ STJ.....	1483		
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1483		
SERVIDOR PÚBLICO	1483		
CONCURSO PÚBLICO	1483		
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1483		
BENS PÚBLICOS.....	1484		
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1484		
IMPROBIDADE	1484		
DIREITO INTERNACIONAL.....	1485		
<i>Paulo Lépore</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1485		
+ QUESTÕES.....	1487		
1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. CONCEITO. FONTES. PRINCÍPIOS	1487		
2. ATOS INTERNACIONAIS. TRATADO. CONCEITO. VALIDADE. EFEITOS. RATIFICAÇÃO. PROMULGAÇÃO. REGISTRO E PUBLICIDADE. VIGÊNCIA CONTEMPORÂNEA E DIFERIDA. INCORPORAÇÃO AO DIREITO INTERNO. VIOLAÇÃO. CONFLITO ENTRE TRATADO E NORMA DE DIREITO INTERNO. EXTINÇÃO	1488		
3. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ESTADO. IMUNIDADE À JURISDIÇÃO ESTATAL. CONSULADOS E EMBAIXADAS.....	1495		
4. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. POPULAÇÃO. NACIONALIDADE. PRINCÍPIOS. NORMAS. TRATADOS MULTILATERAIS. ESTATUTO DA IGUALDADE.....	1499		
5. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ESTRANGEIROS. VISTOS. DEPORTAÇÃO. EXPULSÃO. EXTRADIÇÃO. CONCEITO. FUNDAMENTO JURÍDICO. RECIPROCIDADE E CONTROLE JURISDICIONAL. ASILO POLÍTICO. CONCEITO. NATUREZA E DISCIPLINA	1501		
6. PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS. ME-			

7. PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO. NOÇÕES GERAIS.....	1541	6. DIREITO CAMBIÁRIO (TÍTULOS DE CRÉDITO) 1571	
8. CONFLITOS INTERNACIONAIS. MEIOS DE SOLUÇÃO. DIPLOMÁTICOS, POLÍTICOS E JURISDICIONAIS. CORTES INTERNACIONAIS.....	1549	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1571
9. DIREITO COMUNITÁRIO. FORMAS DE INTEGRAÇÃO. MERCADO COMUM DO SUL. CARACTERÍSTICAS. ELEMENTOS INSTITUCIONAIS. PROTOCOLO DE ASSUNÇÃO. PROTOCOLO DE OURO PRETO. PROTOCOLO DE OLIVOS. PROTOCOLO DE LAS LEÑAS. AUTORIDADES CENTRAIS.....	1550	ENDOSSO.....	1572
10. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL. MAR. ÁGUAS INTERIORES. MAR TERRITORIAL. ZONA CONTÍGUA. ZONA ECONÔMICA. PLATAFORMA CONTINENTAL. ALTO-MAR. RIOS INTERNACIONAIS.....	1552	AVAL.....	1572
11. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO. FONTES. CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO. NORMAS INDIRETAS. QUALIFICAÇÃO PRÉVIA. ELEMENTO DE CONEXÃO. REENVIO. PROVA. DIREITO ESTRANGEIRO. INTERPRETAÇÃO. APLICAÇÃO. EXCEÇÕES À APLICAÇÃO.....	1552	PROTESTO.....	1573
12. PROCESSO INTERNACIONAL. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL NAS RELAÇÕES JURÍDICAS COM ELEMENTO ESTRANGEIRO. CARTAS ROGATÓRIAS. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS.....	1553	TÍTULOS EM ESPÉCIE.....	1574
13. CONTRATOS INTERNACIONAIS. CLÁUSULAS TÍPICAS.....	1555	7. DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1574
14. MÉTODOS DE SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONTROVÉRSIAS. ARBITRAGEM.....	1555	8. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1578
15. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. EVOLUÇÃO HISTÓRICA. COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO. NATUREZA DAS DECISÕES. DELITOS INTERNACIONAIS.....	1556	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.....	1578
+	SÚMULAS STF..... 1556	CONTRATOS BANCÁRIOS.....	1579
1. EXPULSÃO.....	1556	ARRENDAMENTO MERCANTIL (“LEASING”)...	1580
2. EXTRADIÇÃO.....	1556	AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO.....	1580
3. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	1556		
		+ DICAS (RESUMO)..... 1582	
DIREITO EMPRESARIAL..... 1557		1. TEORIA GERAL.....	1582
<i>Daniel M. Trindade</i>		2. EMPRESÁRIO.....	1583
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1557	3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1585
+ QUESTÕES..... 1559		4. REGISTRO E ESCRITURAÇÃO.....	1587
1. EMPRESÁRIO.....	1559	5. DIREITO SOCIETÁRIO.....	1588
2. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1559	6. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1596
3. REGISTRO E ESCRITURAÇÃO.....	1560	7. DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL (LEI 11.101/2005).....	1597
4. DIREITO SOCIETÁRIO.....	1561	7.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1597
SOCIEDADE DESPERSONALIZADAS.....	1561	7.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1598
SOCIEDADE LIMITADA.....	1562	7.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL....	1600
SOCIEDADE ANÔNIMA.....	1564	7.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1600
SOCIEDADE COOPERATIVA.....	1566	7.5. FALÊNCIA.....	1601
5. DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL (LEI 11.101/2005).....	1567	7.6. PRINCIPAIS NOVIDADES TRAZIDAS PELA LEI 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020.....	1603
RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1567	8. DIREITO CAMBIÁRIO (TÍTULOS DE CRÉDITO) 1605	
FALÊNCIA.....	1568	9. DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1612
RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1570	10. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1618
		DIREITO AMBIENTAL..... 1625	
		<i>Romeu Thomé</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1625
		+ QUESTÕES..... 1627	
		1. DIREITO AMBIENTAL. CONCEITO. OBJETO. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	1627
		2. O DIREITO AMBIENTAL COMO DIREITO ECONÔMICO. A NATUREZA ECONÔMICA DAS NORMAS DE DIREITO AMBIENTAL.....	1630
		3. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS À PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	1630
		4. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1631
		5. ZONEAMENTO AMBIENTAL.....	1633
		6. PODER DE POLÍCIA E DIREITO AMBIENTAL. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. BIOSSEGURANÇA. INFRAÇÕES AMBIENTAIS. CRIMES AMBIENTAIS. MODIFICAÇÃO DOS GENES PELO HOMEM E MEIO AMBIENTE.....	1634
		7. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL. CONCEITO DE DANO. A REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL.....	1638
		8. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE....	1640
		9. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. CONCEITO. COMPETÊNCIAS. NATUREZA JURÍDICA. REQUISITOS.....	1643

10. BIODIVERSIDADE. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL. ACESSO. POLÍTICA NACIONAL. PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO.....	1644	16. POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO.....	1667
11. PROTEÇÃO ÀS FLORESTAS. CÓDIGO FLORESTAL. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ÁREAS DE RESERVA LEGAL.....	1645	17. INDÍGENAS E PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO.....	1668
12. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	1648	18. RESÍDUOS SÓLIDOS. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI 12.305/2010). RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO.....	1668
13. RECURSOS HÍDRICOS.....	1650	DIREITO PREVIDENCIÁRIO 1669	
14. EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO NORMATIVA AO MEIO AMBIENTE: PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1651	<i>Ivan Kertzman e Luana Horiuchi</i>	
15. POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO.....	1652	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1669
16. INDÍGENAS E PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO.....	1654	★ QUESTÕES..... 1671	
17. RESÍDUOS SÓLIDOS. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI 12.305/2010). RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO.....	1654	1. SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1671
★ DICAS (RESUMO)..... 1656		2. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL..	1672
1. DIREITO AMBIENTAL. CONCEITO. OBJETO. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	1656	3. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS DEPENDENTES.....	1673
2. O DIREITO AMBIENTAL COMO DIREITO ECONÔMICO. A NATUREZA ECONÔMICA DAS NORMAS DE DIREITO AMBIENTAL.....	1656	4. QUESTÕES GERAIS SOBRE SEGURIDADE SOCIAL E RGPS.....	1674
3. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS À PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	1657	5. BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PRÁTICA PROCESSUAL EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	1678
4. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1657	6. BENEFÍCIOS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	1688
5. ZONEAMENTO AMBIENTAL.....	1657	★ DICAS (RESUMO)..... 1689	
6. PODER DE POLÍCIA E DIREITO AMBIENTAL. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. BIOSSEGURANÇA. INFRAÇÕES AMBIENTAIS. CRIMES AMBIENTAIS. MODIFICAÇÃO DOS GENES PELO HOMEM E MEIO AMBIENTE.....	1658	DEFINIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL.....	1689
7. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL. CONCEITO DE DANO. A REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL.....	1659	SAÚDE.....	1689
8. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE....	1660	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1689
9. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. CONCEITO. COMPETÊNCIAS. NATUREZA JURÍDICA. REQUISITOS.....	1661	PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1689
10. BIODIVERSIDADE. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL. ACESSO. POLÍTICA NACIONAL. PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO.....	1663	BREVE HISTÓRICO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1690
11. PROTEÇÃO ÀS FLORESTAS. CÓDIGO FLORESTAL. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ÁREAS DE RESERVA LEGAL.....	1663	HISTÓRICO DO MUNDO.....	1690
12. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	1664	HISTÓRICO DO BRASIL.....	1690
13. PRODUTOS TÓXICOS. CONTROLE. TRANSPORTE.....	1665	A SEGURIDADE NA CONSTITUIÇÃO.....	1691
14. RECURSOS HÍDRICOS.....	1666	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	1691
15. EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO NORMATIVA AO MEIO AMBIENTE: PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1666	PRINCIPAIS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS.....	1691
		TRÍPLICE FORMA DE CUSTEIO.....	1691
		PREEXISTÊNCIA DO CUSTEIO EM RELAÇÃO AO BENEFÍCIO OU SERVIÇO.....	1691
		COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERATIVOS.....	1691
		FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1691
		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	1692
		IMUNIDADE DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1692
		SEGURADOS ESPECIAIS.....	1692
		ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1692
		IMUNIDADE DAS EXPORTAÇÕES.....	1692
		COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES.....	1693
		CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO.....	1693
		SISTEMA ESPECIAL DE INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA.....	1693
		SEGURADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1693
		SEGURADOS OBRIGATÓRIOS.....	1693
		EMPREGADO.....	1693
		EMPREGADO DOMÉSTICO.....	1694
		CONTRIBUINTE INDIVIDUAL.....	1694
		TRABALHADOR AVULSO.....	1694
		SEGURADO ESPECIAL.....	1695
		SEGURADO FACULTATIVO.....	1695

FILIAÇÃO X INSCRIÇÃO	1696	FOLHA DE PAGAMENTO	1707
TOMADORES DE SERVIÇO	1696	GUIA DE RECOLHIMENTO DE FGTS E INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1707
EMPRESA.....	1696	CONTABILIZAÇÃO EM TÍTULOS PRÓPRIOS.....	1708
EMPREGADOR DOMÉSTICO.....	1696	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS.....	1708
MATRÍCULA DA EMPRESA.....	1696	ENTREGA DA COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO (CAT)	1708
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....	1696	COMUNICAÇÃO DE DADOS PELOS CARTÓRIOS .	1708
LIMITES PARA O SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	1697	OBRIGAÇÃO PRINCIPAL	1708
PARCELAS INTEGRANTES E NÃO INTEGRANTES DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	1697	JUROS DE MORA.....	1708
CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS.....	1699	MULTA MORATÓRIA.....	1709
EMPREGADO, TRABALHADOR AVULSO E EMPREGADO DOMÉSTICO.....	1699	MULTA DE OFÍCIO.....	1709
CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	1699	PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES	1709
SEGURADO ESPECIAL.....	1700	CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL.....	1710
SEGURADO FACULTATIVO.....	1700	APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.....	1710
LIMITE MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS DO RGPS.....	1701	SONEGAÇÃO FISCAL PREVIDENCIÁRIA.....	1710
CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO	1701	OUTROS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL.....	1711
CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA.....	1701	BENEFICIÁRIOS.....	1711
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E AVULSOS.....	1701	MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO.....	1711
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS	1702	DEPENDENTES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1711
CONTRIBUIÇÃO SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS POR COOPERATIVAS DE TRABALHO	1702	PERDA DA QUALIDADE DE DEPENDENTE.....	1712
CONTRIBUIÇÕES SUBSTITUTIVAS DA PARTE PATRONAL	1702	CARÊNCIA	1712
ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS QUE MANTÊM EQUIPE DE FUTEBOL PROFISSIONAL	1702	SALÁRIO DE BENEFÍCIO	1713
PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA.....	1703	RENDA MENSAL DO BENEFÍCIO.....	1714
PRODUTOR RURAL PESSOA JURÍDICA	1703	BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1715
AGROINDÚSTRIA	1704	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE.....	1715
SIMPLES NACIONAL	1704	APOSENTADORIA PROGRAMADA DO RGPS	1716
OUTRAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL	1704	APOSENTADORIA POR IDADE.....	1717
RETENÇÃO DOS 11% DOS PRESTADORES DE SERVIÇO.....	1704	APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	1717
NOÇÕES BÁSICAS.....	1704	APOSENTADORIA ESPECIAL POR EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS.....	1717
SERVIÇOS SUJEITOS À RETENÇÃO.....	1705	APOSENTADORIA ESPECIAL DO DEFICIENTE	1718
RETENÇÃO PARA EMPRESAS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL	1705	SALÁRIO-FAMÍLIA.....	1719
ADICIONAL DE ALÍQUOTA PARA SERVIÇOS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS	1705	SALÁRIO-MATERNIDADE.....	1720
REEMBOLSO, RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO ...	1705	AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA (POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA)	1721
REEMBOLSO.....	1705	AUXÍLIO-ACIDENTE.....	1722
COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO	1705	PENSÃO POR MORTE	1723
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO (CND)	1706	AUXÍLIO-RECLUSÃO	1724
NOÇÕES BÁSICAS.....	1706	SERVIÇOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1725
SITUAÇÕES DE EXIGIBILIDADE DA CND.....	1706	SERVIÇO SOCIAL.....	1725
SITUAÇÕES BÁSICAS DE EXIGÊNCIA PARA EMPRESAS.....	1706	PERÍCIA MÉDICA.....	1725
EXIGÊNCIA PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL ..	1706	HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL....	1725
EXIGÊNCIA PARA O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E SEGURADO ESPECIAL	1707	BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1725
EXIGÊNCIA PARA EMPRESAS NA CONTRATAÇÃO DE CRÉDITOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1707	ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS	1726
EXIGÊNCIA PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS	1707	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1727
CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITOS DE NEGATIVA (CPD-EN).....	1707	DIREITO DO CONSUMIDOR	1729
OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSÓRIAS E PRINCIPAIS DEFINIÇÃO	1707	<i>Lucas de Souza Lehfeld</i>	
OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	1707	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1729
		+ QUESTÕES.....	1731
		1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	1731
		2. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1734

2.1. DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	1734	2.2. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1757
2.2. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1735	3. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1758
2.3. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1735	3.1. DA PUBLICIDADE.....	1758
3. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1736	3.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1758
3.1. DA PUBLICIDADE.....	1736	3.3. DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDRES.....	1758
3.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1737	4. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	1758
4. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	1738	4.1. DA REVISÃO CONTRATUAL.....	1758
4.1. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO.....	1738	4.2. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	1758
4.2. DOS CONTRATOS DE ADESÃO.....	1739	5. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1759
5. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1741		
5.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	1743	DIREITO ECONÔMICO.....	1761
6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1744	<i>Lucas de Souza Lehfeld</i>	
+ DICAS (RESUMO).....	1745	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1761
1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	1745	+ QUESTÕES.....	1763
2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC).....	1745	1. OS FUNDAMENTOS DA ORDEM ECONÔMICA.....	1763
3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1746	2. OS PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA.....	1763
3.1. DA QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	1746	3. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1766
3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO....	1746	4. LEI ANTITRUSTE (LEI Nº 12.529/2011).....	1768
3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1747	4.1. INFRAÇÕES DA ORDEM ECONÔMICA.....	1773
3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1748	4.2. ACORDO DE LENIÊNCIA.....	1775
4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1749	4.3. SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	1777
4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	1749	5. ACORDOS COMERCIAIS REGIONAIS E GLOBAIS.....	1779
4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1749	6. ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....	1781
4.2.1. DA OBRIGATORIEDADE DO ORÇAMENTO.....	1750	+ DICAS (RESUMO).....	1783
5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	1751	1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ECONÔMICO.....	1783
5.1. DA REVISÃO CONTRATUAL.....	1751	2. DOS SUJEITOS INTEGRANTES DA POLÍTICA ECONÔMICA.....	1783
5.2. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO.....	1751	3. DOS FUNDAMENTOS DA ORDEM ECONÔMICA (ART. 170, CAPUT, DA CF/88).....	1783
5.3. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	1752	4. DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA (ART. 170, INCISOS I A IX, CF)....	1783
5.4. DOS CONTRATOS DE ADESÃO.....	1752	5. DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1784
5.5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1754	6. DO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	1784
6. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1754	6.1. CADE.....	1785
6.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	1754	7. LEI ANTITRUSTE (LEI Nº 12.529/2011).....	1785
6.2. TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR.....	1755	7.1. DAS INFRAÇÕES DA ORDEM ECONÔMICA.....	1785
7. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	1756	7.2. LENIÊNCIA.....	1786
8. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO ...	1757	7.3. DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA.....	1786
9. INFRAÇÕES PENAIS NO CDC.....	1757	8. BLOCOS ECONÔMICOS.....	1786
+ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1757	8.1. MERCOSUL.....	1787
1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC).....	1757	8.2. UNIÃO EUROPEIA.....	1787
2. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1757	+ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1787
2.1. DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	1757	1. SÚMULAS DO STF.....	1787
		2. SÚMULAS DO STJ.....	1788